

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA OITO DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO. -----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia oito de Novembro do corrente ano, depois de lida foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----

----- O Presidente da Câmara propôs que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 1.1. DIVISÃO ADMINISTRATIVA -----

----- 1.1.1. SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO -----

----- 4. Rectificação da Deliberação de Câmara de 25/10/2002 – Estudo de Viabilidade do Centro Náutico de Montemor-o-Velho. -----

----- 5. Turnos de farmácias no Concelho de Montemor-o-Velho – mapas de serviço 2003. -

----- 1.1.2. SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- 2. Acidente em serviço da funcionária Maria Isabel Branco. -----

----- 1.2. DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- 1.2.1. SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA -----

----- 7. Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimento. -----

----- 8. Cessão de posição contratual da loja n.º 6 - Fracção F do Novo Mercado Municipal. -----

----- 9. Anulação de recibos de água – Junta de Freguesia de Pereira. -----

----- 10. 4.ª Alteração ao Plano e Orçamento - 2002. -----

----- 1.2.2. SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----

----- 3. Pedido de ramal de água para fins domésticos – restituição de importância pecuniária. -----

----- 4. Parecer sobre data de alteração da feira quinzenal de Montemor-o-Velho. -----

----- 2. DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----

----- 2.1. DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES -----

----- 5. Casa em Ruínas em Pereira. -----

----- 3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

----- 3.1. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1. SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA -----

----- 4. Conservação e reparação de estradas e caminhos municipais – Freguesia de Pereira e Santo Varão – prorrogação de prazo. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

----- 5. Conservação e reparação de arruamentos nas povoações (Pereira – Rua da Misericórdia) – prorrogação de prazo.-----

----- O Presidente da Câmara propôs ainda retirar o seguinte ponto: -----

----- 3.1.4. SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO -----

----- 1. Prolongamentos e ligações da rede de esgotos: rede de drenagem da zona desportiva do Mercado Grossista da Carapinheira - Plano de Segurança e de saúde. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as propostas apresentadas pelo Presidente da Câmara. -----

----- **PROPOSTAS** -----

----- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- **Primeira** – O Presidente da Câmara propôs ao executivo a realização de uma Reunião Extraordinária para o dia vinte e oito de Novembro, do corrente ano.-----

----- Mais informou que, aquela seria uma reunião de trabalho, onde seriam tomadas deliberações, por isso haveriam documentos prévios que contudo não iriam conseguir ter finalizados até à próxima segunda feira. Pelo que seriam discutidos e apreciados num contexto mais alargado de apreciação na citada reunião. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **Segunda** - O Presidente da Câmara deu conhecimento de que, tinham tido oportunidade de deliberar a atribuição de um subsídio, no valor de cerca de cinco mil euros, destinado a servir de apoio e ao mesmo tempo de reconhecimento, aquando o concurso “Montras em Flor”, em Setembro. -----

----- Aquele subsídio deveria ser atribuído como uma forma de estimular que, durante o Natal, houvesse uma participação efectiva, para determinado tipo de acontecimentos. Tinham, na altura, julgado oportuno, que a Comissão Instaladora da Associação Empresarial de Montemor, aproveitasse aquela verba, negociasse com os seus colaboradores comerciantes, de forma a que aquela fosse “jogada” em grupo, como uma ajuda dada pela Câmara Municipal.-----

----- Posteriormente, o Senhor Vereador da área, tinha tido reuniões com a Associação Empresarial e o feed-back, para além de moroso era lacunar. Tinham, por isso, decidido, pois o que estava em causa era a prerrogativa que tinham discutido, que deveriam ter sempre presente um alargamento da intervenção em espaço físico, para além da zona

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

geográfica da sede do Concelho, a outras zonas do Concelho, que tivessem um predomínio comercial. -----

----- Dentro daquele âmbito, e porque estavam praticamente a um mês do Natal, tinha solicitado ao senhor Vereador Pedro Machado que contactasse as entidades com quem normalmente trabalhavam, em termos de iluminação, para lhes apresentarem uma proposta. -----

----- Tinha dado uma indicação ao senhor Vereador Pedro Machado para que no próximo dia vinte e seis, fossem chamadas à Autarquia, todas as pessoas que tinham estado no concurso das “Montras em Flor” e a Associação Empresarial, para as próprias pessoas serem confrontadas com as expectativas da Câmara Municipal e para que não houvessem falhas, tinha uma proposta que pensava ser lisonjeira do seu valor. -----

----- A proposta, consistia na iluminação da rotunda na estrada cento e onze, junto ao Tribunal, a colocação de um dístico de Boas Festas, no Castelo, um Presépio com três figuras, também no Castelo, um dístico de Boas Festas no Edifício principal e um centro na Praça da República. -----

----- Em Arazede a iluminação no jardim do Centro da Vila com três laterais, tipo árvore de Natal, e iluminação de algumas árvores. Na Carapinheira iluminar o Largo do Alhastro, com oito laterais, iluminar uma árvore e colocar um dístico de Boas Festas. Em Tentúgal, iluminar o centro da Vila, com um arco do Boas Festas e oito laterais. Por último, em Pereira iluminar o jardim com três laterais tipo árvore de Natal, iluminar uma árvore e um arco com dístico de Boas Festas. Também em Verride, o que implicava que o critério escolhido fosse o das vilas do concelho. -----

----- Esta iluminação rondaria o total de, nove mil e quinhentos euros e tinham assim uma envolvimento concelhia. -----

----- Assim, propunha à Câmara, a autorização para efectuar aquela despesa. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** - O Presidente da Câmara deu conhecimento de que, no passado dia treze de Novembro, tinha tido oportunidade de se deslocar a Lisboa, para um conjunto de iniciativas e de visitas, que tinham a haver com vários problemas, que neste momento

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

continuavam a ser nevrálgicos para alguns dos aspectos do desenvolvimento sustentado do concelho.-----

----- Mais disse ter tido também a oportunidade de ter reuniões com o Presidente do Fundo de Turismo, o Senhor Sub-Director Geral do Turismo, o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, o Senhor Ministro Ajunto do Primeiro Ministro e o Senhor Secretário de Estado do Desporto, onde tinha debatido diversos problemas, dos quais passava a destacar: -----

----- Com o Senhor Presidente do Fundo de Turismo, o Senhor Sub-Director Geral do Turismo e Senhor Secretário de Estado do Desporto, tinha inserido a problemática da Piscina Municipal e o Centro Náutico de Montemor. Em relação àqueles aspectos, as circunstâncias naquele momento, e que claramente estavam em cima da mesa, pautavam-se por duas ou três circunstâncias. -----

----- No que dizia respeito à Piscina Municipal, tinha apresentado concretamente uma proposta ao Senhor Secretário de Estado do Desporto de consubstanciação de financiamento para a Piscina Municipal, que estava a ser analisado por aquela Secretaria de Estado, e que tinha tido hipótese de complementar com uma reunião de trabalho extremamente profícua, com o Senhor Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro.-----

----- Neste momento iria aguardar uma resposta do Senhor Secretário de Estado, face a três cenários que lhe tinha apresentado, de financiamento da Piscina Municipal de Montemor-o-Velho. -----

----- Em relação ao Centro Náutico de Montemor, era um processo que claramente, no dia oito de Setembro tinha exemplificado, que a partir daquela data, este era um processo de discussão política nacional, e para o qual o Presidente da Câmara estaria disponível em qualquer momento e em qualquer altura para dar o aporte concreto, sendo proprietário daquela infra-estrutura, para poder chegar a "bom porto". -----

----- Dentro daquele âmbito, as questões eram extremamente delicadas e por isso tinha apresentado um memorando a qualquer uma das pessoas mencionadas atrás, e que depois, na devida altura também poderia entregar ao restante executivo, sobre o Centro Náutico e as perspectivas de investimento necessário.-----

----- Tinha tido a oportunidade de, junto do Fundo de Turismo de ter feito um repto a dois níveis, porque continuavam à espera do enquadramento financeiro dos quinhentos mil euros, que tinham sido despachados pelo anterior Secretário de Estado do Turismo, sem enquadramento orçamental e instrumental. Naquele momento, esse enquadramento já existia e estavam a tentar renegociar aquele montante, dando coerência também a um

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

desafio para uma parceria de investimento privado e público, que salvaguardasse a coerência daquele projecto no futuro. -----

----- Tinha também dado conhecimento oficial da aprovação da candidatura a uma prova de alta competição, em dois mil e cinco, e da necessidade de serem revistas definitivamente aquele projecto. Sabia que naquele momento estava em cima da mesa, uma proposta concreta, que irá levar a uma reunião conjunta, o Senhor Secretário do Turismo, o Senhor Secretário de Estado do Desporto, o Ministro Adjunto da Presidência e o Presidente da Câmara de Montemor. -----

----- Naquele caso concreto, e era muito claro a partir daquele momento, o Centro Náutico não o preocupava mais. Se não houver mais dinheiro para investir, pessoalmente não faria mais propostas, pois tinha outras intenções e outros problemas, na sua opinião, muito mais profundos no concelho de Montemor-o-Velho. -----

----- Em relação à reunião tida com o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, tinha incidido sobre três projectos. Um deles, dizia respeito à estrada nacional trezentos e quarenta e um e um outro processo, que dizia respeito à estrada trezentos e trinta e cinco, entretanto entregue ao município e às questões que se prendiam com a estrada cento e onze e com as portagens na A catorze. -----

----- Em relação à estrada trezentos e quarenta e um, o processo naquele momento estava a caminhar para uma circunstância que poderá apresentar uma solução intermédia de recuperação, para já, do troço entre Pereira até Granja do Ulmeiro, feita em parceria ou em conjugação entre o Instituto de Estradas de Portugal, a Câmara de Montemor-o-Velho e a Comissão de Coordenação da Região Centro, através do PO desconcentrado. -----

----- Relativamente à nova variante, tinha levado um dossier completo, que tinha apresentado ao Senhor Secretário de Estado, que logo despachou para o IEP, com urgência, para pronunciamento, dizendo claramente qual era a postura que a Câmara de Montemor-o-Velho tinha naquela matéria, e ao mesmo tempo, quando tinha saído daquela Secretaria de Estado fez chegar cópia daquela petição ao Senhor Secretário de Estado do Ordenamento e ao Senhor Secretário de Estado do Ambiente. -----

----- Neste momento, estava confiante de que poderá haver, possivelmente mais célere do que seria de esperar, algum encontro conveniente de objectividade e de visão política, entre aquelas três áreas: Obras Públicas, Ordenamento e Ambiente, para que se encontrasse uma solução de contento do município de Montemor, para o avanço daquela obra, que tanta falta fazia no Baixo Mondego. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

----- No que concerne à estrada cento e onze, a questão que tinha sido apresentada prendia-se fundamentalmente com as circunstância de atraso burocrático do lançamento de toda a recuperação daquela estrada, que estava protocolada desde Julho do corrente ano, e que não havia maneira de começar, bem como a necessidade, de em relação àquela estrada, de se salvaguardar definitivamente, as hipóteses ou não, de criação de soluções de escoamento de trânsito, via A catorze, por mudança do local das portagens ou por virtualidade do troço compreendido entre Santa Eulália e o Rosmaninhal (Montemor).----

----- Na sequência do desenvolvimento daquelas questões, o Senhor Secretário de Estado, tinha feito claramente a defesa, de que, em relação à petição que tinha apresentado da estrada trezentos e quarenta e um, não só estaria receptivo para solucionar o problema, como tinha encaminhado o processo para o seu homólogo do Ordenamento.-----

----- Tinha também alargado aquela situação, enviando por escrito, ao Senhor Secretário de Estado do Ambiente, com quem pretendia tentar que, de um ponto de vista de uma reunião política a quatro, resolvessem rapidamente aquela circunstância, porque a solução era política. Na sua opinião ela não poderia ser resolvida fora daquele contexto, porque senão, mais uma vez, iam ter fundamentalismos. -----

----- Em relação à estrada cento e onze, ontem mesmo, o Senhor Chefe de Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas e o Director de Estradas do Distrito de Coimbra, tinham-lhe feito chegar um documento, onde concretamente respondiam às suas preocupações sobre aquela estrada e sobre todo aquele processo que estava a decorrer, e para o qual gostaria de lembrar que tinha começado a ser tratado no dia vinte e oito de Janeiro de dois mil e dois. Nesse dia, tinha efectuado a primeira reunião com o ICERR em Coimbra, onde tinha apresentado a necessidade de toda a reformulação do traçado da estrada cento e onze, compreendido entre a entrada do concelho, junto a Quinhendros e a saída em Tentúgal.-----

----- No dia oito de Março deste mesmo ano, tinha-se deslocado a Lisboa, mais propriamente a Almada, ao Instituto de Estradas de Portugal, onde tinha conferenciado com o Senhor Engenheiro Pedro Serra, aquelas mesmas circunstâncias, tendo ele de imediato e no que dizia respeito, não só à estrada cento e onze, mas também à trezentos e quarenta e um, enviado no dia vinte e seis de Março à Câmara Municipal, um responsável do ICOR, que tinha trazido documentos que, mais tarde tinham sido anuídos pelo próprio executivo, do viaduto a construir entre Montemor e Granja do Ulmeiro. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

----- A dezoito de Abril de dois mil e dois, e na sequência daquelas demarches, deslocou-se ao concelho de Montemor, o Senhor Presidente do Instituto de Estradas de Portugal e também por inerência, Presidente do ICERR, o Senhor Vice-Presidente do ICERR e o responsável pelo ICERR, a nível do Distrito. Tinham visitado todas as preocupações, quer da estrada cento e onze, da trezentos e trinta e cinco, da A catorze e da trezentos e quarenta e um, e seis dias depois, mais concretamente a vinte e quatro de Abril de dois mil e dois, o ICERR, enviou um ofício a sintetizar as conclusões daquela visita e as responsabilidades adstritas às obras a efectuar, de acordo com o combinado.-----

----- No dia vinte e sete de Abril, não só tinham confirmado todo o envolvimento da Câmara e responsabilidade, como em reunião de Câmara, face à visita desse mesmo dia dezoito de Abril, a Autarquia aprovou, mandou elaborar e pagou os projectos da rotunda da Lavariz e dos semáforos de Quinhendros e Tentúgal, que em vinte e sete de Maio, ou seja, um mês depois da aprovação, estavam concluídos e enviados ao ICERR. -----

----- A dezoito de Junho, tinha havido uma reunião entre o Presidente da Câmara e o Secretário de Estado das Obras Públicas, em que tinham sido formalizados os pedidos para a ultimização da concretização de um protocolo, para que fosse dado seguimento às obras previstas. A quinze de Julho, era celebrado o Protocolo de transferência de responsabilidade financeira da Câmara para o ICERR, no montante de cento e setenta e quatro mil euros, para o lançamento das obras. -----

----- Esse mesmo lançamento das obras era autorizado a um de Agosto do corrente ano, e foi publicado e anunciado no Diário da República a vinte e oito de Agosto, sendo nessa data, concretamente que foi lançado o concurso publico, da obra da estrada nacional cento e onze. -----

----- A trinta de Setembro, deste mesmo ano, foi feita a abertura das propostas do acto público do concurso. A onze de Outubro de dois mil e dois foi enviado o relatório sobre a avaliação da capacidade financeira, económica e técnica dos concorrentes. A vinte e nove de Outubro foi enviado o projecto final da decisão de adjudicação.-----

----- Finalmente, a vinte e um de Novembro foi enviada a decisão final – proposta de adjudicação e minuta de contrato, ao Instituto de Estradas de Portugal, e para o qual o Senhor Chefe de Gabinete do Senhor Secretário de Estado, se tinha disponibilizado a remeter de imediato, novamente à Direcção de Estradas do Distrito de Coimbra, para dar início às obras. -----

----- Mais disse que, gostaria de chamar a atenção que, para complicar toda aquele sistema, tinha mudado recentemente o Conselho de Administração do IEP, e operou-se a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

fusão dos três institutos rodoviários – ICOR, ICERR e EP. Esta situação verificou-se nos últimos quinze dias ou três semanas, e daí tentou directamente na Secretaria de Estado, obter a celeridade, dado que, como era compreensível, numa mudança de gestão, que aqueles processos, mais uma vez, lá ficassem retidos. -----

----- Em relação às visitas efectuadas no dia treze de Novembro, tinha dado conta ao executivo do que se tinha passado, e de como estavam a evoluir as circunstâncias. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Informou que, no passado dia quinze de Novembro, se tinha reunido neste edifício, com os representantes dos Clubes de Caçadores do Concelho, que tinham eleito os dois representantes, que irão integrar o Conselho Cinegético Municipal, aguardando que as Cooperativas Agrícolas do Concelho, indicassem os dois representantes, que irão complementar o Conselho Cinegético Municipal. Relembra que já estavam nomeados os representantes do ICN, da Agricultura/Serviços Florestais, da LACAM, enquanto Instituição de Ambiente Local, e os representantes dos caçadores. -----

----- Pretendia que, durante o mês de Dezembro do corrente ano, esse processo fosse enviado à tutela, para publicação, o que significará que a partir de Janeiro de dois mil e três, poderão estar em condições de ter o Conselho Cinegético Municipal em funcionamento. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** - Informou que, durante aquela semana e no contexto do trabalho de promoção e utilização do Centro Náutico de Montemor, tinham tido reuniões com a Federação Portuguesa de Remo, a Federação Portuguesa de Canoagem e também já tinham tido com a Associação Distrital da Beira Litoral de Remo, com os quais tinham vindo a discutir toda a programação para dois mil e três/dois mil e quatro e anos seguintes, sobretudo quer em termos de actividade, quer de eventos, nacionais e internacionais.

----- Naquele momento chamava a atenção, que continuava a ser premente, a questão da recuperação da Casa dos Magistrados, dado que era urgente para a Selecção Nacional de Canoagem e para a Federação Nacional de Canoagem, que naquele momento avizinhava ter novos dirigentes técnicos, com brevidade, que virão sediar desde já, em Montemor, e que pudessem responder com o máximo de urgência na oferta dessa localização logística. -----

----- Em relação àquela situação, no dia seguinte estaria em Montemor, não só o Senhor Presidente da Federação Portuguesa de Canoagem, como o futuro Técnico Nacional da modalidade, e que vinha visitar o local, ver a logística, até porque o próprio Presidente da

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

Federação ia tentar, já com a ambiência, quer da Pista, quer do esforço que a autarquia estava a pretender fazer naquela matéria, sensibilizá-lo para que aceite as condições disponibilizadas por esta autarquia. -----

----- Mais disse que, em relação quer à Canoagem, quer ao Remo, as reuniões tinham sido extremamente proficuas. Neste momento, os calendários estavam mais ou menos alinhados, não havendo grande problema de sobreposição de utilização.-----

----- Daqui a algum tempo, apresentaria ao executivo, um regulamento de utilização do Centro Náutico, para a provação por parte do executivo, enquanto não houver uma tutela mais específica naquela matéria. -----

----- As questões que tinham sido levantadas até ao momento, não tinham trazido problemas de operacionalidade. Havia outro aspecto que tinham focado às federações e que tinham naquele momento grande preocupação: se por um lado estavam a lançar todo o trabalho que dizia respeito à viabilização do Centro Náutico, às demarches de financiamento e investimento de segundas fases, etc., era muito importante, que as próprias federações, em parceria com a autarquia e com a sociedade local, comesçassem a ter um projecto bem claro de divulgação e promoção das modalidades, junto do tecido associativo concelhio e regional. Era uma questão fulcral e que a autarquia não ia deixar de perder aquela oportunidade, de contrapor àquelas federações, a necessidade de um apoio claro e inequívoco à promoção da modalidade, junto daquilo que hoje era uma parca oferta desportiva naquela matéria.-----

----- Aproveitava também para dar a conhecer de que muito brevemente seriam visitados pelo staff do Presidente do Comité Olímpico, para o qual, naquele momento, todas as demarches estavam a chegar a bom porto, de considerarem o Centro Náutico de Montemor, como a única e exclusiva localização da preparação olímpica para dois mil e quatro, em termos de todo o desporto náutico nacional.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quarta** – Informou que, tinha presente naquela reunião, para que todo o executivo pudesse verificar, a apresentação dos arranjos exteriores do Pavilhão Municipal e para o qual já tinha uma antevisão dada pelo Gabinete de Projectos que estava a trabalhar no mesmo.-----

----- Tinha tido a oportunidade, de durante a semana oscultar os Concelhos Executivos da Escola Preparatória e Secundária de Montemor, o Senhor Comandante da GNR e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Montemor, e neste momento gostaria de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

apresentar ao executivo, porque não era um documento ainda final. O próprio projectista estava à espera de algumas indicações, para concluir o trabalho.-----

----- Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quinta** – Informou que, através de um contacto pessoal que tinha efectuado com algumas pessoas, que estavam a fazer alguma solidariedade na Guiné Bissau, através de pessoas que eram comuns no nosso concelho e na Guiné Bissau, nomeadamente o Padre José Luís, de Verride, que fazia parte de uma congregação e que trabalhava directamente com determinados problemas, sobretudo em África Lusófona. A congregação que o Padre José Luís estava ligado era a do “Preciosíssimo Sangue”, a qual tinha feito um desafio, que ele próprio tinha encaminhado para o Vereador de Acção Social mandar às escolas, às IPSS’S e a outras instituições, para angariarem uma campanha de material, mais do que dinheiro. Estava-se a referir a cadernos, lápis, etc., sobretudo para as escolas da Guiné, que neste momento era confrangedor a carência de coisas, que o deixavam estupefacto, com a singeleza do que estava a falar. -----

----- Assim, tinha solicitado que fosse feito um apanhado, porque em Janeiro as pessoas que tinha mencionado anteriormente, irão numa missão à Guiné, e essa seria uma forma de criar às crianças das escolas, algum sentimento de solidariedade.-----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, por exemplo este ano, o dinheiro que habitualmente se gastava em prendas, na Festa de Natal da Associação Fernão Mendes Pinto, para que fosse feita a troca entre funcionários e colaboradores, e as que normalmente eram dadas à Direcção por estes, para além das que a Direcção dava aos funcionários, este ano não ia haver prendas.-----

----- O valor que se desperdiçava naquele acto, ia ser criado um fundo de solidariedade, e iam convidar o Presidente da AMI, para estar presente e receber aquela quantia, independentemente do valor, para as crianças de Moçambique e Angola. -----

----- O Presidente do Banco dos Pobres tinha referido que em Moçambique, com cinco dólares financiava-se o estudo de uma criança durante um ano, o que parecia quase irracional. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **DO VEREADOR VICTOR CAMARNEIRO** -----

----- **Primeira** – O Vereador Victor Camarneiro informou que, em relação ao documento que lhe tinha sido entregue, sobre a avaliação do património da Assembleia Distrital, apenas apareciam avaliações da Quinta da Machada, do Loreto e de um edifício na Sé Velha.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

----- Pretendia saber se o processo era apenas o início da avaliação global do património, ou se o trabalho se concluíra por ali. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, em primeiro lugar, aquela era a parte que até agora tinha sido feita em termos de avaliação. -----

----- Em segundo lugar, na própria reunião da Assembleia Distrital, não tinha havido oportunidade de estar presente naquele dia. Já tinha tido a oportunidade de falar com alguns colegas e sabia que iam rever novamente toda aquela problemática, porque a dúvida apresentada pelo Vereador Victor Camarneiro, era também uma dúvida que levantava: qual era o âmbito daquela amostra?-----

----- Por outro lado, considerava que, de uma certa forma, ou tinha uma ideia de que as coisas até eram mais importantes, ou havia propositadamente alguma desvalorização imobiliária.-----

----- Mais disse que, ficava a nota apresentada pelo Vereador Victor Camarneiro, também para reforçar a preocupação e ao mesmo tempo, a necessidade de esclarecimento, sobre a dimensão, em termos patrimonial, daquilo que estava levantado nos documentos que lhes tinham sido entregues. -----

----- Retomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, as instalações que a Fundação Bissaya Barreto tinha, com cedências de cem anos eram impressionantes. Considerava que o património da Assembleia Distrital era imenso, e por isso, pensava que poderia ser só a primeira inventariação, a que se seguiriam outras, ou então estariam a restringir demasiado apenas a três parcelas do património. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** – Informou que, em relação à via rápida Taveiro-Alfarelos, como já tinham sido dadas algumas informações, gostaria de lançar algumas notas para futuras discussões. Era evidente que aquela situação já tinha aparecido até publicamente, a proposta naquele sentido, mas a ideia que tinha, era que, faria todo o sentido, não numa forma de precipitar os acontecimentos, porque obviamente, ainda não tinham conseguido fazer a ligação a Alfarelos e por isso parecia-lhe absolutamente ridículo, estar já a apresentar sugestões complementares. -----

----- Pensava que, seria de todo o interesse, e era uma proposta que fazia para uma futura reflexão e para que a Câmara Municipal de Montemor tivesse em atenção, que se comesse a estudar a ideia da via rápida Taveiro-Alfarelos, que pudesse prosseguir pela margem esquerda, pelo menos até à Figueira da Foz. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

----- Julgava que, do ponto de vista das três freguesias que tinham na margem esquerda, a sul – Vila Nova da Barca, Verride e Abrunheira – aquela era uma solução importante. Em tempos, aquela situação tinha sido pensada, inclusive com a possibilidade de uma ponte antes da auto-estrada que sairia entre Abrunheira e Rebeles, para a margem direita. -----

----- Hoje, talvez já não fizesse sentido, porque se a via rápida prosseguir até à Figueira, teria que ser construída uma outra ponte pela auto-estrada, mas sem querer ser “mais papista do que o papa” era provavelmente uma posição que a Câmara poderia começar a lançar, até porque não tinha dúvidas de que à Figueira da Foz interessaria uma solução daquelas, e às freguesias da margem esquerda. Ao concelho de Montemor, efectivamente também interessaria. Já na anterior reunião tinham falado sobre aquele assunto, e a verdade era que, as freguesias de Vila Nova da Barca, Verride e Abrunheira, continuavam a ser um reduto de quase isolamento ou pseudo-isolamento, de acessibilidades difíceis e de sub-desenvolvimento. Não era por acaso que, as freguesias da margem esquerda, zona outrora importante e de expansão, estavam agora em depressão absoluta. -----

----- Apenas pretendia alertar a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara que aquela situação merecia ser analisado e eventualmente discutida, pensando numa perspectiva de longo prazo. -----

----- Na sua opinião, a ligação Alfarelos - Montemor era óbvia e inevitável, e beneficiaria o concelho de Montemor de uma forma significativa. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** – Informou que, em relação à limpeza dos Out-doors da rotunda junto ao Pavilhão Municipal, não havia dúvida de que a imagem era outra. -----

----- Concordava com o Presidente da Câmara, de que a imagem da entrada da vila, ou mesmo até do concelho, devia ser sinalizado. Não era daqueles que tinha uma ideia muito negativista, em relação ao que tinha sido feito na Figueira da Foz. Era claro que podia ser discutível, porque dava a ideia de que se estava entrar num rancho, tinha sido polémico, mas estava ali. -----

----- Considerava que o concelho de Montemor, a exemplo do que já tinha visto noutros países, na entrada do concelho, ou nas entradas mais nobres, poderia haver a possibilidade de existir um monumento, um pórtico, qualquer coisa que fosse notável. Na vila, já começava a haver alguma notoriedade, algum património e não se estava só a referir à estátua de Inês de Castro, mas também a questão dos arranjos urbanísticos das entradas. ---

----- Até considerava que era mais importante o arranjo dos espaços verdes, a florestação, a limpeza dos acessos e das entradas. A primeira imagem de uma vila ou de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

uma cidade era aquela que ficava, e tinham já um certo prejuízo, porque na entrada para o concelho de Montemor existiam aqueles barracões todos no Vale de Louro, que neste momento já estavam um pouco mais organizados, e a zona do Pavilhão Municipal, merecia também um tratamento cuidado. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quarta** – Informou que, tinham recebido um convite para a Festa de Natal dos Serviços Sociais e na sequência desse assunto, gostaria de tentar clarificar e fazer uma proposta concreta. Logo no início do ano, tinham feito alguns reparos em relação ao que ainda estava por pagar ou o apoio que era suposta a Câmara dar. Era da opinião de que se sentiria muito mais tranquilo, se a Câmara Municipal assumisse objectivamente aquela parceria com os Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal. Ao ser convidado para participar naquela festa de Natal, estavam a ser convidados pelos Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal, e não era sócio nem funcionário. Para além dos Vereadores da oposição, estavam a ser convidados os membros municipais e os Presidentes de Junta. -----

----- Assim, a sua proposta era que a Câmara assumisse na parceria esse jantar, que se calhar noutras circunstâncias devia ser promovido pela Câmara e suportado eventualmente por esta, e essa era uma questão de política e de opção. Não tinha nada contra a Câmara suportar um Jantar de Natal, para os seus funcionários, mas então devia ficar claro se estavam a ser convidados pela Câmara Municipal ou pelos Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal. -----

----- Mais disse que agradecia a gentileza do convite, mas gostaria que ficasse assumido claramente que era a Câmara Municipal e os Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal que, em conjunto, organizavam a festa e em conjunto convidavam. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quinta** – Informou que, tinha havido mais um acidente no cruzamento de Quinhendros. O Presidente da Câmara já tinha anteriormente contextualizado o assunto e o ponto de situação do arranjo da estrada cento e onze. -----

----- De qualquer modo, gostaria de protestar junto do ICERR, ou de quem tutelar aquela situação, o atraso na resolução da travessia no cruzamento de Quinhendros, que uma vez mais provocou um acidente. -----

----- Realçava que tinha tido o cuidado de tentar perceber de que, quase todos os acidentados na travessia eram idosos. Estavam perante um problema, pois tratava-se de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

um espaço perigoso e que atingia as pessoas que socialmente, deviam merecer maior atenção.-----

----- Considerava que só poderia ser responsabilizável por estes factos, o ICERR. -----

----- Montemor-o-Velho estava a padecer dos males que tem vindo a padecer ao longo dos anos. Estranhava que, aqueles mesmos, que se tinham manifestado, da forma que se manifestaram à um ano atrás, não tivessem feito qualquer protesto relativamente àquele acidente. Não contra a Câmara Municipal, mas contra quem de direito, porque o problema era exactamente o mesmo, e a diferença era apenas que a pessoa em causa, felizmente não tinha falecido, e não era de Quinhendros. Na sua opinião, demonstrava alguma falta de carácter.-----

----- Gostaria que a Câmara Municipal ou o Senhor Presidente, enviassem os votos de rápido restabelecimento à pessoa acidentada. Mais uma vez a pessoa era culpada do acidente, mas era culpada porque as circunstâncias em que tinha que fazer o atravessamento, não eram propícias a uma pessoa daquela idade. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, no passado mês de Setembro, numa reunião de Câmara, não o tinha feito por uma questão de não responder a uma pretensa análise política da questão, mas neste momento pensava que, na próxima semana ia deixar aquelas prerrogativas e aqueles polidos, e ia avançar mesmo com uma comunicação para a imprensa, sobre o quanto tem vindo a ser o esforço, telefonemas, pressões, etc. em relação àquela situação. Desde o dia vinte e sete de Maio, quando tinham entregue o processo e o pagaram, e por isso considerava que na próxima semana, o assunto será esclarecido publicamente, junto de quem de direito. -----

----- Em relação à problemática da via rápida na margem esquerda, essa circunstância não só estava prevista, como também ia decorrer de um aspecto que até agora não tinha sido suficientemente esclarecedor, e que era o trajecto, dado que o projecto que tinha sido aprovado daquela infra-estrutura contemplava projecto de construção da A dezassete. Porque a A dezassete ia pressupor já a construção de uma ponte nova, que virá apanhar parte das freguesias, sobretudo do concelho da Figueira da Foz, que eram contíguas da margem esquerda, podendo vir até à zona do Almoxarife, onde poderá depois dar uma maior perspectiva da sequência de trajectória da continuidade daquele trajecto.-----

----- Retomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, todo o esforço, e aí tinha que fazer justiça, independentemente de poderem considerar que estaria a “puxar a brasa à sua sardinha”, não tinha dúvidas que anteriormente, o anterior executivo, tivesse

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

tido exactamente as mesmas preocupações e a mesma insistência junto do ICERR, para a resolução daquele problema, da mesma forma como este executivo tinha tido. -----

----- A questão era que efectivamente, o primeiro alvo dos protestos, era sempre o executivo municipal, mas também era preciso informar as pessoas e clarificar de uma vez por todas, quem é que era responsável. Tinha dito a mesma coisa, numa anterior reunião, e felizmente ainda não tinha havido nenhum acidente, mas a partir do momento em que houvesse um, tudo viria recair sobre o executivo.-----

----- Retomou uma vez mais a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, este executivo tinha feito os projectos, e tinham-nos entregue, pois não existiam projectos do executivo anterior. O que ia ser colocado no terreno tinha sido pago e mandado fazer por este executivo, em Abril do corrente ano. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **DO VEREADOR EMÍDIO FIDALGO**-----

----- **Primeira** – O Vereador Emídio Fidalgo informou que, gostaria que o Presidente da Câmara se inteirasse naquele momento como é que estava a funcionar e a decorrer a Rádio Beira Litoral. Como era do conhecimento geral e do próprio município, a questão da Rádio Beira Litoral era uma frequência do nosso concelho, que tinha sido atribuída na altura, como tinham sido atribuídas várias ao concelho de Montemor-o-Velho. Por isso, era uma frequência que devia, em seu entender, salvo opinião em contrário, que devia de alguma forma funcionar a todo o gás, pese embora aquelas paragens que tem vindo a ter no tempo, aqui em Montemor-o-Velho. -----

----- Por aquilo que conhecia e por aquilo que sabia, agora a rádio estava a funcionar com uma frequência relativamente boa, melhor do que tinha sido antes do um grande interregno que tinha havido. -----

----- Pensava que a Rádio Beira Litoral, naquele momento mantinha as suas raízes e a sua sede no concelho de Montemor, mais propriamente em Arazede, e que se estava a amplificar de uma forma evidente com vários estúdios noutros lados.-----

----- Pretendia saber se existia alguma previsão de algum estúdio para Montemor, porque o que pretendia era que a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara esclarece-se se de facto, a frequência continuava a ser de Montemor e o nosso concelho, que era a finalidade da existência da própria frequência, se viesse secundarizar o nosso concelho, a nível de informação, etc.-----

----- Já tinham falado naquele assunto uma vez, e todos os partidos, na altura das eleições, tinham em campanha eleitoral, uma postura e um esclarecimento a fazer sobre

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

aquela matéria, e preocupava-o de algum modo, ver a implementação que estava a ter, ficando talvez um pouco secundarizado, a questão da própria frequência, que era atribuída ao concelho de Montemor. -----

----- Hoje, a Rádio Beira Litoral, felizmente já se ouvia em todo o lado, tendo vários programas e já apareciam os jornalistas em todo o lado, a fazer entrevistas para aquela rádio. Não gostaria, portanto que a Rádio Beira Litoral fosse desmistificada da sua essência, do próprio concurso. -----

----- Aguardaria um futuro esclarecimento por parte do Senhor Presidente da Câmara, numa próxima reunião. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, em relação àquele aspecto, apenas iria acrescentava que na passada reunião da Assembleia Municipal, aquele assunto tinha sido focado e tinha ficado constituída uma comissão que estava a funcionar e segundo o que já tinha tido conhecimento, tinha recebido muito recentemente a visita de responsáveis pelo órgão de comunicação social em causa, o qual terá transmitido naquela reunião, alguns dos esclarecimentos que, naquele momento o Vereador Emídio Fidalgo lhe estava a pedir, e que ia aguardar, para não haver uma confluência inusada sobre a mesma matéria. -----

----- Numa próxima reunião da Assembleia Municipal, a questão poderia ser esclarecida, até porque, quando o processo tinha sido desencadeado, tinha tido a postura de considerar que, já que a problemática estava a ser encaminhada pela Assembleia Municipal, e tinha a unanimidade dos partidos políticos, que fosse então desenvolvido aquele procedimento. Isto porque, poderia haver a interpretação casuística de que, o executivo, e neste caso, o Presidente da Câmara estaria a desenvolver um processo paralelo ou pessoal, e por isso iria esperar e ao mesmo tempo, pedir para que, com alguma brevidade ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que pudesse dar, até para esclarecimento, um retorno do que se estava a passar. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, constatava e aplaudia que a Rádio Beira Litoral se tivesse reactivado. Era evidente que a preocupação que tinha não era a sua reactivação e a sua projecção actual, antes pelo contrário, porque se tratava de um benefício para o concelho, e a rádio, se pudesse também ser ouvida fora do concelho ainda seria melhor. -----

----- Considerava que o concelho de Montemor devia ser parte importante da estratégia daquela rádio e que, a sua sediação, inequivocamente estivesse em Montemor, independentemente de poder ter extensões, mas que a sua mais valia, a sua criação de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

riqueza que viesse e beneficiasse efectivamente Montemor-o-Velho, e não se transfira para outros interesses que não sejam os de Montemor.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **DO VEREADOR ANTÓNIO RAMALHETE** -----

----- **Primeira** – O Vereador António Ramalhete solicitou um pedido de informação, em relação à possível cedência da Escola do Tojal, para a Cruz Vermelha de Pereira. Tinha tido conhecimento, através de um munícipe, de que tudo estaria a correr bem. -----

----- O acesso à escola não seria dos melhores, e a ser feita a cedência daquelas instalações, teria que haver uma possível negociação com a urbanização que lá estava a ser feita, a fim de que se pudesse adquirir um pouco de terreno, que o empreiteiro fazia questão de negociar com a Câmara Municipal. Pensava que, antes da negociação ser feita, não fazia sentido proceder-se à cedência, porque a Cruz Vermelha também não tinha condições para se instalar na escola, sem que realmente aquela obra fosse feita. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que tinham já uma obra prevista, para que a situação ficasse resolvida. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **GABINETE DE PLANEAMENTO INTEGRADO E APOIO JÚRIDICO** -----

----- **1.-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL** -----

----- **1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA** -----

----- **1.1.1.- SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO.**-----

----- **1 – POSTURA DE TRÂNSITO DA VILA DE MONTEMOR-O-VELHO** -----

----- **- APROVAÇÃO** -----

----- Foi presente a Postura de Trânsito da Vila de Montemor-o-Velho, acompanhada de uma informação dos serviços que ficou como documento anexo à acta sob o número um.--

----- Após algumas trocas de impressões entre o Executivo, o Presidente da Câmara propôs a aprovação da Postura de Trânsito da Vila de Montemor-o-Velho, para que fosse presente à reunião da Assembleia Municipal, para posteriormente ser publicado na segunda Série do Diário da República.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação prestada deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – relativamente à petição de Carlos Cunha, não aceitar a mesma e manter-se a proposta apresentada na presente Postura;-----

----- Dois – relativamente à petição da Padaria Mondego, L.da, não aceitar a mesma e manter-se a proposta apresentada na presente Postura; -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

----- Três - relativamente à petição de João Ramalhão, aceitar a mesma alterando a postura, com autorização de estacionamento na Rua Francisco Luís Coutinho, lado Sul (três lugares) desde o imóvel de Maria da Graça Gaspar até ao imóvel de António Coelho Carvalho; -----

----- Quatro - no que respeita ao número três do artigo quinze da presente Postura retirar o mesmo; -----

----- Cinco - deliberou que o conceito de "morador" tal como se apresenta no artigo segundo da Postura, fosse sujeito, após a sua entrada em vigor, a um período de aplicação experimental de seis meses, findo o qual será apreciada a manutenção do mesmo ou a sua alteração para um menos restritivo; -----

----- Seis - deliberou ainda, aprovar todas as outras alterações apresentadas pelos munícipes, e constam da presente Postura, conforme documentos anexos ao processo; -----

----- Sete - mais deliberou que a referida Postura fosse remetida à Assembleia Municipal, após as correcções introduzidas. -----

----- Oito - aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **2 – REGULAMENTO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE MONTEMOR- O-VELHO – APROVAÇÃO** -----

----- Pelo Presidente da Câmara foi dado conhecimento de que, tinha terminado o prazo de discussão interna, do Regulamento do Arquivo Municipal de Montemor-o-Velho (documento anexo à presente acta sob o numero dois). -----

----- Assim, propunha a aprovação do Regulamento do Arquivo Municipal de Montemor-o-Velho, para que fosse presente à reunião da Assembleia Municipal, para posteriormente ser publicado na segunda Série do Diário da República. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara, bem como o envio à Assembleia Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **E sendo treze horas e trinta minutos, a reunião foi interrompida, tendo recomeçado às quinze horas e trinta minutos.** -----

----- **3 – PROJECTO COIMBRA REGIÃO DIGITAL - POSI** -----

----- O Presidente da Câmara informou que, a Associação Comercial e Industrial de Coimbra, tinha convidado a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho a fazer parte da Associação de Coimbra Região Digital (documento anexo à presente acta sob o numero três).-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

----- Assim, e de acordo com informação solicitada aos serviços, propunha que não acedessem àquele “desafio”, por dois motivos particulares:-----

----- Primeiro – porque a própria autarquia tinha um projecto POSI, que estavam a desenvolver, tinham, naquele momento, a situação em fase conclusiva, para abrirem aquele espaço, tinham concorrido e estavam habilitados. Só o montante que aquela Associação pedia de adesão, dava para fazerem o que já tinham feito.-----

----- Segundo – Não lhe parecia que aquele projecto, na fase em que se estava a desenvolver, tivesse valor acrescentado para aquilo que era o empenhamento que tinham. Considerava que não estavam reunidas as condições, para que vissem qualquer acréscimo substancial àquilo que já possuíam, não sendo por isso oportuno estarem a aderir àquele projecto. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia.

-----4 – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE----- ----- 25/10/2002 – ESTUDO DE VIABILIDADE DO CENTRO----- ----- NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento que, na deliberação da Reunião de Câmara de vinte e cinco de Outubro de dois mil e dois, relativamente ao Estudo de Viabilidade do Centro Náutico de Montemor-o-Velho, constava o seguinte:-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Adjudicar o Estudo de Viabilidade económico-financeira para o Centro Náutico de Montemor-o-Velho, à firma Deloitte & Touche, Lda., pelo montante de dezassete mil e quinhentos euros, acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- Dois – Fazer a audiência escrita nos termos do artigo cem e cento e um do Código de Procedimento Administrativo. -----”

----- Assim, propunha a rectificação da deliberação supra, devendo constar: -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – A intenção de adjudicação do Estudo de Viabilidade económico-financeira para o Centro Náutico de Montemor-o-Velho, à firma Deloitte & Touche, Lda., pelo montante de dezassete mil e quinhentos euros, acrescido de IVA à taxa legal.-----

----- Dois – Fazer a audiência escrita nos termos do artigo cem e cento e um do Código de Procedimento Administrativo. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade rectificar a deliberação de Câmara de vinte e cinco de Outubro do corrente, de acordo com o atrás exposto. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- 5 – TURNOS DE FARMÁCIAS NO CONCELHO DE MONTEMOR-O-VELHO – MAPAS DE SERVIÇOS DE 2003 -----

----- O Presidente da Câmara informou que, lhe tinha sido enviado, pela sub-região de Saúde de Coimbra, para conhecimento, a listagem das farmácias do Distrito, bem como as propostas de funcionamento das farmácias de Montemor-o-Velho/Vila (documento anexo à presente acta sob o numero quatro). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar os mapas de serviços de dois mil e três das farmácias no Concelho de Montemor-o-Velho. -----

----- 1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 65º DA LEI Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação com a relação das faltas e férias dos funcionários nos termos da legislação acima citada, no período compreendido entre cinco e vinte e um de Novembro do corrente ano (documento à presente acta sob o número cinco). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- 2- ACIDENTE EM SERVIÇO DA FUNCIONÁRIA MARIA ISABEL BRANCO -----

----- Foi presente uma informação dos serviços na qual dava conhecimento dos factos relativos ao acidente em serviço, ocorrido com a funcionária Maria Isabel Branco (documento anexo à presente acta sob o numero seis). -----

----- O Presidente da Câmara informou que, a situação vinha-se a “arrastar” há já muito tempo. O “mau estar” por uma não decisão definitiva, sobretudo porque a circunstância tinha sido reaberta com o envio de uma carta da funcionária, ao Presidente da Câmara. ----

----- Tinha tido oportunidade de trocar algumas impressões com o Professor Fernando Ramos, tendo ficado perplexo por dois motivos: -----

----- Primeiro – porque não havia um esclarecimento profundo naquela matéria; -----

----- Segundo – existia uma contradição entre serviços e política. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

----- Assim, propunha a abertura de um inquérito, onde se ouvissem todas as partes envolvidas no processo, que se esclarecesse, e que se solicitasse apoio ao síndico da Câmara, a fim de ser deliberado numa próxima reunião de Câmara.-----

----- Não poderia, nem ele nem nenhum membro da actual maioria, deliberar sobre uma situação, da qual não tinham conhecimento. Dado que o processo, do seu ponto de vista, não tinha tido a persecução total e esclarecedora, para que não houvesse qualquer duvida, ou que assistisse qualquer pretensão por resolver à funcionária. -----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete perguntando se havia a confirmação que o acidente tinha ocorrido ao serviço da Câmara, e se a duvida seria apenas a questão legal da situação.-----

----- Seguidamente pronunciou-se o Vereador Victor Camarneiro dizendo que lhe parecia contraditória a disposição legal e a apreciação política. A apreciação política teria que ter sempre em conta, os aspectos legais. Parecia-lhe, e subscrevia a proposta do Presidente da Câmara, para que fosse aberto um inquérito, mas acrescentava que os serviços apresentassem uma proposta, ou que reafirmassem os procedimentos para casos semelhantes àquele.-----

----- Poderiam assim, estar a penalizar os funcionários mais motivados e mais zelosos. Um funcionário, que não tendo um transporte da Câmara, se disponibilizava, voluntariamente para levar viatura própria, para resolver um constrangimento, acabava por poder ser prejudicado, por uma situação daquela natureza. -----

----- Se tivesse sido ele a ter um acidente, procederia de outra maneira, assumindo o risco dos seus próprios actos. Achava importante que aquelas coisas fossem reafirmadas, porque os funcionários têm o dever de conhecer a Lei. Lamentava profundamente que, uma funcionária da Câmara Municipal que, politicamente foi declarada em serviço, tenha tido um acidente, sofrendo danos pessoais e materiais. Parecia-lhe haver formas de olvidar aquela situação, e nunca seria demais reafirmar as condições, em que as pessoas poderiam, ou não tomar aquele tipo de opções. Agora estavam a falar de uma situação ocorrida com um funcionário, mas poderiam falar de membros do executivo. Deveria ser pago o preço oficial do Km, se a pessoa aceitasse aquela situação, esse preço contemplava o seguro contra danos próprios e a pessoa assumia o risco, e era isso que defendia. -----

----- A Câmara face a estes considerandos tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que fosse constituída uma Comissão de Inquérito, presidida pelo senhor Vereador Pedro Machado, a senhora Directora de Departamento de Administração Geral e

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

o síndico da Câmara, fixando um prazo de um mês para esclarecimento do assunto, a fim de ser apresentado de novo à Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA** -----

----- **1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA.**-----

----- **1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA** -----

----- **LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES --**

----- **INTRODUZIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE**

----- **JANEIRO.** -----

----- Foi presente uma relação das autorizações de despesas efectuadas entre o dia oito a vinte e um de Novembro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número sete), a dar cumprimento ao número um, dois e três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção da Lei número cinco A barra de dois mil e dois, de onze Janeiro -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **2 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA** -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia vinte e um de Novembro do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais de um milhão quinhentos e dezanove mil cento e dez euros e vinte e nove cêntimos e em Operações de Tesouraria de duzentos e sessenta e oito mil e noventa e oito euros e cinquenta e oito cêntimos. -----

----- A Câmara após estes considerandos tomou conhecimento e deliberou por unanimidade concordar com o referido Resumo Diário, e respectivos valores apresentados. -

----- **3 – ANULAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À “XVIII** -----

----- **EXPOSIÇÃO MONOGRÁFICA DO PERDIGUEIRO PORTUGUÊS” --**

----- Foi presente uma informação dos Serviços, que consta como documento anexo à presente acta sob o número oito. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou unanimidade anular a atribuição da verba no valor de mil euros, à Associação do Perdigueiro Português, para custear as despesas com a “XVIII Exposição Monográfica do Perdigueiro Português”, autorizada na Reunião de Câmara de vinte e quatro de Maio de dois mil e dois. -----

----- **4 – PEDIDO DE CANCELAMENTO DE GARANTIA BANCÁRIA --**

----- **PELA FIRMA “AGREPOR AGREGADOS – EXTRACÇÃO DE** -----

----- **ENERTES, S.A.”** -----

----- Foi presente uma informação dos serviços, a qual dava conhecimento que, de acordo com o solicitado pela firma “Agrepor Agregados – Extracção de Inertes, S.A.”,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

relativamente ao pedido de cancelamento de garantia bancária numero duzentos e cinquenta e seis mil cento e sete, do Banco Espírito Santo, referente ao contrato de fornecimento de mil novecentos metros cúbicos de brita vinte e cinco barra quarenta e quatrocentos e setenta e cinco metros cúbicos de brita quatro barra oito, o mesmo tinha sido recebido pelos serviços da Câmara Municipal em boas condições.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação dos serviços, deliberou por unanimidade autorizar o cancelamento das referidas garantias bancárias.-----

----- **5 – PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA DOIS MIL E TRÊS** -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento do documento prévio de estudo do Plano de Actividades e do Orçamento para dois mil e três (documento anexo à presente acta sob o numero nove), tendo o mesmo sido distribuído ao restante executivo para discussão e análise. -----

----- Informou que, a sua preocupação era a de continuar com a mesma postura política de discussão aberta e franca sobre as grandes opções do plano para o próximo ano. Tinha tido a oportunidade de discutir aquele assunto com os serviços financeiros da Câmara, e gostaria de alertar que dois mil e três iria ser um ano delicado, em termos orçamentais. -----

----- Estavam a ter a preocupação para que, no próximo ano, pudessem ter um maior rigor orçamental, pois a partir de dois mil e três e cada vez mais, a conjuntura obrigará a um rigor muito maior e a uma redução cabal, quer nas capacidades de endividamento, ou de acesso ao endividamento, quer sobretudo na angariação de receitas. Apesar de ainda não ter números muito rigorosos, deverão ter um corte orçamental de cerca de trinta por cento, face ao orçamento, que tinham aprovado para este ano. -----

----- Significava que, tinham um orçamento de cerca de trinta milhões de euros que estava aprovado para dois mil e dois, estando a falar num orçamento de cerca de vinte e dois milhões de euros, para dois mil e três. Iria significar uma circunstância de maior rigor, de uma maior prioridade de obtenção de candidaturas e de planeamento que queriam assumir; ao mesmo tempo, iria obrigar a uma leitura muito exacta, sobre o que era, naquele momento, a despesa corrente, a despesa de capital, a forma de solver compromissos, a forma de reduzir despesas supérfluas e o que era necessário para que se aumentasse a capacidade de investimento do Município. -----

----- Com base naqueles aspectos, e pretendendo que de qualquer forma, a discussão fosse ampla, pretendia levar ali aquilo que era uma leitura de plano, sem números, do que ia ser discutido. Esperava que os senhores Vereadores, sobretudo da oposição, no repto que

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

já tinha feito, dentro daquele prisma de análise, fossem colaboradores, e ao mesmo tempo incentivadores de algumas iniciativas. -----

----- Haveria alguma dificuldade que iria ao encontro de algo. Num passado recente, havia uma maior facilidade e flexibilidade que cada vez mais desaparecia. Isto é: o rigor da receita teria que pressupor a exequibilidade da despesa. -----

----- Gostaria de deixar algumas noções. Em termos dos fundos comunitários, naquele momento, deparavam-se com uma situação extremamente grave, na região, em que o over-booking criado estava a cercear a capacidade de intervenção autárquica. Todo este processo, deveria ser alicerçado num conjunto de preocupações, que tinha tido a oportunidade de discutir com o senhor Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, e como Presidente da Unidade de Gestão da Região, era preciso criar empatia para poderem reivindicar. -----

----- O Quadro Comunitário, na sua generalidade estava a ter défice de execução por parte de instituições centrais, que geriam os desconcentrados, enquanto que do lado da Administração Local estava a haver um over-booking de utilização. Em dois mil e três, haverá uma re-programação de quadro que, levará aqueles que estavam a executar melhor e a aproximar a necessidade do co-financiamento para que não possam ser prejudicados, nos anos que faltavam e viessem a obter contrapartidas de verbas, que estariam destinadas em eixos claros, a instituições ou Administrações Centrais-Regionais, que eram as suas gestoras. -----

----- Para o próximo ano, tinha tido oportunidade de discutir com o senhor Presidente da Comissão cinco projectos concretos: Pólos Industriais do Concelho, a Biblioteca Municipal a Piscina Municipal, o Saneamento (Rede/ETAR'S), e o Sistema de Cartografia Digital e SIGS para a Revisão do PDM. Em termos de investimento da autarquia significava cerca de doze milhões a quinze milhões de euros. Estavam a falar, num espaço temporal de três anos. -----

----- Num programa de projecção de três anos, teriam que estimar a sua capacidade de disponibilidade de recurso para fazer face aos investimentos e seleccioná-los. Em relação àqueles aspectos havia um conjunto de preocupações que tinham ressaltado, nomeadamente, e não querendo continuar a ser exaustivo naquela matéria, poder vir a meter a Pista de Remo num contrato-programa de requalificação ambiental, podendo tentar ir buscar ao eixo, que estava naquele momento, com alguns excedentes, montantes que pudessem ser integrados naquela matéria, através de um contrato-programa. -----

----- Aquela situação teria que ter decisão política, não era a boa vontade da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho em sugerir, que dava a solução. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

----- Uma outra questão, seria a de criar, na medida do eixo três, um contrato-programa com o ICERR e a Comissão para a requalificação da trezentos e quarenta e um, e poder vir a caminhar com a Piscina para três hipóteses: -----

----- Primeira – a hipótese de, na revisão do Quadro Comunitário em dois mil e três, haver novas acessibilidades, no eixo três do desporto, a verbas que naquele momento eram quase imprescindíveis que existam, pois estava tudo esgotado. Se entrarem pelo eixo três, nem que até lá tenha que ser utilizado o PIDAC, depois compensariam, no máximo até vinte por cento com fundos próprios, indo buscar o resto à medida desconcentrada, e aí tinham que sacrificar algo do eixo um, da quota, onde Montemor neste momento, apenas possuía disponível algo como um milhão e quinhentos mil euros. Significava um investimento, em termos de FEDER, pouco maior que um milhão e novecentos mil euros. -----

----- Não tinha havido, em determinada altura, a acessibilidade ao QCA, que deveria ter havido. Não poderiam esquecer que estavam a falar de dois milhões de euros, que por via das intempéries de dois mil e um, tinham sido colocadas no QCA III. -----

----- Aquelas questões, em paralelo com outras da área do saneamento, que consideravam também prioridades, tinham “comido” a quota do Município do Eixo I. -----

----- Segunda - O financiamento e endividamento estava nos limites. Estavam numa circunstância de terem que ser criteriosos, pelo menos na selectividade dos grandes projectos. -----

----- O Pólo Industrial estava em revisão, não tinha fechado a candidatura que existia, mas uma das coisas que iria tentar, era chamar os responsáveis pelo POE, sentar à mesma mesa, Economia, Comissão de Coordenação, Câmara de Montemor e a Câmara de Cantanhede através do Beira Parque Atlântico, em que se poderiam associar e fazer integrar todo o eixo das propostas quer de Arazede, quer de Montemor, num sentido mais amplo de candidatura ao eixo de economia, deixando em aberto para outros projectos. ----

----- A receita corrente era estimada com base na análise da média dos últimos vinte e quatro meses, fixada em Outubro último. Estavam conscientes que em dois mil e dois tinha havido, ainda na passagem de procedimentos, algumas circunstâncias, que em dois mil e três, gostaria que não se repetissem, de poderem transferir para capital, despesas que até ao momento estavam a ser aferidas como correntes. -----

----- Por exemplo: tinham dado cerca de cento e cinquenta mil euros aos Bombeiros, que não apareciam na rubrica de “capital” e Protecção Civil, estando apenas como transferências correntes. Aquela situação tinha que terminar, porque iriam começar a protocolar para que tivesse efeito de capital, para alargar as correntes, para poderem

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

obter uma outra forma de gestão que obrigue, a que não se gaste tanto dinheiro com coisas que depois não tenham repercussão em termos do valor acrescentado do capital fixo, que podiam dar seja às instituições, seja ao próprio município. -----

----- Iria obrigar a uma reformulação muito cuidada de alguns aspectos, que passarão a funcionar como Grandes Opções do Plano, mas teriam que ter imagem naquilo que era o valor acrescentado do investimento. -----

----- O que levava àquela reunião, eram intenções, para que os serviços técnicos, os serviços administrativos, etc. na próxima reunião, poderem quantificar sobretudo o que estava transitado deste ano para o próximo. -----

----- Deveriam procurar uma coisa que até ao momento não acontecia: que houvesse a capacidade de trazer despesa corrente para despesa de capital. Era difícil, mas possível. Qualquer montante daqueles, poderia satisfazer prerrogativas que, naquele momento, eram importantes, como apoiar o associativismo, criar determinado tipo de dinâmica de animação, que não poderia continuar a ir pela mesma via. -----

----- A questão era que, talvez houvesse algum "sonho", quanto àquela matéria. Havia também aspectos que considerava nevrálgicos, que em termos daquilo que era uma vontade política, de arcar três ou quatro aspectos fulcrais. O Concelho de Montemor não tinha criado auto-financiamento reprodutivo, e aquela era uma questão que tinha que pensar com muita clareza. Seja um sector de turismo, seja um sector transformador, seja um sector desportivo, teriam que passar a dar coerência para que, dentro de quatro, cinco anos aquele sector funcionasse como uma alternativa de sustentabilidade daquilo que era, hoje a dependência exclusiva dos fundos centrais. -----

----- No máximo, iriam ter acessibilidade a dois milhões e quinhentos mil euros de fundos comunitários em dois mil e três. Tinham acesso a cerca de setecentos e cinquenta mil euros do protocolo da biblioteca, com o Instituto do Livro e da Leitura, que tivessem mais um milhão de euros para a Pista, que tivessem dos FEF'S oito milhões de euros, que tivessem acesso a outras receitas que a Câmara, naquele momento tinha, quer correntes quer de capital, (dois milhões de euros), empréstimos, obteriam cinco milhões de euros disponíveis para investimento tendo que perguntar onde os iriam aplicar? -----

----- Se reproduzirem em três anos, os tais quinze milhões de euros, o que for acima daquele montante será óptimo. As ETAR'S e o Saneamento, só das zonas que tinham considerado mais essenciais eram mais de dez milhões de euros. Os Pólos Industriais, eram dois milhões e meio de euros, a revisão do PDM; a cartografia digital e o trabalho de SIGS era fulcral. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

----- Em termos do PDM, por exemplo, a cartografia digital, os SIGS, etc. só naquela matéria estavam a falar de cerca de duzentos mil euros, era um sistema muito dispendioso, mas naquele momento era crucial para a autarquia. -----

----- Em termos do ensino, a prioridade iria para a reconversão de algumas escolas, que naquele momento apresentavam, sobretudo a nível do primeiro ciclo, circunstâncias extremamente negativas, que não se poderiam continuar a protelar. Deveriam partir também para a questão do programa de expansão e do desenvolvimento do pré-escolar, que tinham aprovado e onde iriam intervir. -----

----- Em relação à acção social, rever o lançamento do projecto “Luta Contra a Pobreza” como uma candidatura possível a fazer, dentro do contexto da AD ELO, a questão da implementação da Rede Social, o Plano de Prevenção Primária da Toxicodependência e a Revisão das Bolsas de Estudo. -----

----- Mais disse que, em termos de habitação, a recuperação do edifício do antigo Quartel da GNR, a questão do Solar dos Pinas também era também para ser revista, continuar com a revisão do edifício dos Paços do Concelho e os Centros Históricos mantinham-se. No ordenamento do território, aparecia a questão da Revisão do Plano Director Municipal, da intervenção dos Planos do Ordenamento do Território, os arranjos urbanísticos que ali se tinham discutido, nomeadamente no que dizia respeito a alguns dos espaços da Sede do Concelho e a intervenção no Espaço Urbano da Carapinheira. -----

----- Quanto ao saneamento, tinham dado prioridade àquela matéria: esgotos de Liceia, Seixo e Gatões, cujo projecto estaria pronto em Janeiro, o da Portela e de Ribeira dos Moinhos, para o qual tinham cedido temporariamente um desenhador ao GAT, para trabalhar com a maior celeridade naquela matéria, que deverá estar pronto em Março do próximo ano e as redes que estavam a acabar de Santo Varão, Formoselha e a de Quinhendros. Ficava ainda por lançar os projectos todos, que teriam que ser lançados em dois mil e três, respeitantes a Verride, Vila Nova da Barca e Abrunheira. -----

----- No que dizia respeito ao abastecimento de água, teriam que equacionar a autonomia, em relação a Cantanhede, com a hipótese de um trabalho mais profundo e com a abertura de um novo furo, e ao mesmo tempo, independentemente da negociação que estava a haver de inter-municipalidade de abastecimento de água, também tinham uma leitura mais atenta, sobre a autonomia de abastecimento que estavam a ter no Concelho. -----

----- Na protecção do ambiente, haviam dois processos importantes. Um deles eram as ETAR'S agrícolas e outro o Corredor Verde do Baixo Mondego. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

----- Em termos da cultura, havia a biblioteca e a galeria de exposições. O Celeiro dos Duques de Aveiro, que tinham tido a aprovação muito recentemente e o POSI, que já tinham falado. Havia um conjunto de actividades na área da Cultura que, passarão a estar protocolados, em termos das candidaturas que faziam, e ao mesmo tempo, daquilo que estavam a fazer: contratos-programa para a música, para o Teatro, para a promoção da imagem cultural, turística e dos monumentos. Em termos do desporto, os arranjos do pavilhão, a piscina municipal.-----

----- Quanto às vias municipais, havia um conjunto de preocupações, e iriam todas repercutir-se em dois mil e três. Pensava que em meados de Dezembro, iria ser lançado o concurso da fase final do Mercado, para conclusão definitiva no primeiro semestre de dois mil e três. -----

----- Em relação a Arazede, a ideia era no pressuposto do lançamento do Pólo Industrial, abrir uma via que viria a atravessar a Quinta do "Professor Grilo", fazer um estudo sobre a situação, para posteriormente fazer uma via que viesse a apanhar a circulação da vila e uma alternativa de ligação à Tocha. -----

----- Havia também o pressuposto do lançamento de empresas municipais. Na área das águas de saneamento e resíduos, uma outra, importantíssima, na área do desporto e na área da educação e formação, eram hipóteses discutíveis.-----

----- Em relação à saúde, considerava que Portela e Tentúgal, em termos de prestação de serviços de saúde estavam carenciados. Não se estava a esquecer dos problemas que existiam noutras localidades, como era o caso da Ereira, Santo Varão e Pereira pois eram problemas delicados. Quanto a Tentúgal, dever-se-ia criar uma estrutura de raiz entre Portela e Tentúgal, a fim de poder servir de apoio a toda a zona.-----

----- Pensava que deveriam criar um banco de oferta de projectos.-----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, quando havia crise, ou se cortava nas despesas, ou se aumentavam nas receitas, podendo também ser feita uma simbiose das duas. -----

----- No entanto, também pensava, que se poderia fazer algumas inovações, em termos filosóficos, e de estratégias na gestão do município. -----

----- Algumas das coisas referidas pelo senhor Presidente, tinham-no preocupado, especialmente a questão das Empresas Municipais. Considerava que as Empresas Municipais estavam para as Câmaras como os Institutos e as Fundações estavam para o Governo. Não pressupunham diminuição de custos, antes pelo contrário, esta era a sua opinião pessoal. Não tinha ideias definitivas sobre o assunto, mas também não tinha muitas

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

dúvidas quanto aos factos e aos exemplos que eram conhecidos. Poderiam ver o exemplo da Câmara Municipal da Figueira da Foz, que durante quatro anos, tinha lançado um conjunto de empresas municipais, que na prática tinham agravado a situação do município.

----- As ideias que o senhor Presidente da Câmara tinha passado para o executivo, esperava que pudessem dar origem a alguma conceptualização de carácter mais filosófico, para que as pessoas percebessem quais eram os objectivos gerais. Que as Grandes Opções do Plano não se fizessem apenas listagens de acções. Era importante que toda a gente percebesse, especialmente que se fizesse, também um trabalho interno. Se existiam problemas ao nível dos recursos financeiros, para o próximo ano, havia que ter em conta que a reestruturação, deveria ser no sentido da optimização do recurso, e não do seu agravamento. -----

----- Por outro lado, havia que conseguir mobilizar as pessoas para poderem trabalhar mais, aumentando assim a produtividade. Uma pessoa em vez de cumprir somente a tarefa, que lhe estava incumbida, pudesse cumprir essa e ainda uma segunda, que vá no sentido da rentabilização dos custos, ao mesmo tempo do aumento da produtividade. -----

----- Parecia-lhe que aquele sentido deveria ser passado para todo o Concelho, nomeadamente para a mobilização de todos os agentes e de todos os sectores. Não era só o sector público, como também era o sector privado e o associativo. Era necessário que aquela mensagem fosse passada, e que toda a gente se organizasse e se mobilizasse em volta de um problema, que passava por ser um problema nacional, de recessão, e ao mesmo tempo se solidarizasse com a Câmara Municipal, que saía mais lesada em todo aquele processo, do que devia. -----

----- Deveriam investir bastante naquela componente da mobilização, da informação, e por outro lado, pensarem, "emagrecer" a estrutura da Câmara, nalguns casos, transferindo algumas das suas acções para outras, sub-estabelecendo responsabilidades, de forma a que a Câmara também não fosse vista, ou que não continuasse a ser vista, como uma entidade, onde todos poderiam vir quando necessitavam. -----

----- Em relação à questão das piscinas, tinham considerado que a melhor defesa que poderiam fazer, era com um custo de uma piscina de quinhentos mil contos, construírem quatro piscinas de cento e vinte e cinco mil contos, que respondessem às necessidades das comunidades escolares e das populações, do que fazer uma grande obra, que respondia do ponto de vista real, mas não respondia do ponto de vista emocional, às comunidades. ---

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

----- Cada agregado populacional gostava de ter a sua unidade de saúde, o seu campo de futebol, a sua piscina, a sua escola, etc. O desafio e a reflexão que gostaria de partilhar, era a de mudar um pouco a “agulha” e tentar mesmo, no discurso feito pelo Senhor Presidente, que era, um discurso de cautela e de contenção, para quem tinha apresentado um orçamento de cerca de seis milhões de contos, que o executará em cerca de setenta por cento, tinha uma execução record na história do Município, que era muito interessante, mas no próximo ano tal poderá não acontecer.-----

----- O orçamento será certamente mais baixo, até por precaução, mas também estava previsto que as receitas seriam inferiores às que este ano tinha sido possível obter. Por outro lado, a capacidade de endividamento, era quase inexistente, embora a medida que tinha sido tomada por aquele executivo, logo no arranque do mandato, tinha acabado por ser uma medida bastante oportuna, pois os que tinham esperado para mais tarde, tinham ficado embaraçados.-----

----- Por exemplo, tinha ouvido dizer que, a empresa das águas e dos resíduos, era uma via interessante para captação de receitas por parte da autarquia. Da forma como estava presentemente, sem os custos de manutenção das ETAR’S, etc. a autarquia acabava por ter resultados extremamente interessantes no abastecimento das águas. Admitia que, ou os serviços municipalizados, ou uma figura mais pragmática, pois havia a venda efectiva de um serviço, de um bem, que a Câmara tinha a possibilidade de estabelecer, em termos de preço.-----

----- Admitia e aceitava que os serviços municipalizados poderiam ser interessantes. Agora na área do desporto, não via rentabilidade, e só via uma rubrica que era a dos custos. Veria com melhores olhos uma outra figura jurídica que não fosse municipal, que pudesse ser, ou uma sociedade por quotas, ou uma sociedade anónima, ou até mesmo uma associação, que pudesse em paralelo com os apoios que a Câmara controlasse, pudesse ir buscar apoios a outros programas, a outras candidaturas, a outros fundos de investimento, pudesse dar aquela margem maior de alguma complementaridade, ao nível de financiamento.-----

----- Admitia que, uma empresa municipal, por exemplo em Rio Maior, que tinha um complexo incrível, também começasse a ter problemas, pois agora com as academias dos clubes e as equipas, deixarão de lá estagiar.-----

----- A empresa municipal da Figueira da Foz, do Grande Turismo, que foi uma grande polémica, a Câmara teve que investir centenas de milhares de contos. Não queria dizer que houvessem outros exemplos, mas teriam que atender ao Concelho que tinham. Por

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

exemplo, uma empresa municipal na área da educação e formação, só via uma solução: municipalizar as escolas profissionais. Se não for por aquela via, o que iriam fazer? Explorar os jardins de infância que recebiam vinte e cinco euros por mês, por criança? A Câmara, do seu ponto de vista, estava a perder dinheiro na gestão directa do pré-escolar, pois se fosse uma instituição, receberia cento e cinquenta euros por mês, a Câmara recebia apenas vinte e cinco. -----

----- Se conseguissem partilhar e implicar às instituições, o terceiro sector, que noutros países representava trinta por cento da economia, e em Portugal representava quatro ou cinco, talvez a Câmara conseguisse anular custos, obter mais rentabilidade em termos dos serviços para o Concelho, e poder fazer o que, do seu ponto de vista era o seu objectivo. ----

----- Estava a ser sincero, e independentemente do seu ponto de vista, poder acarretar maiores benefícios para o concelho, e como tal, maiores benefícios políticos para a actual maioria. Da sua parte, em termos de plano de actividades, o seu comportamento não se diferenciaria daquele que tinha sido o da primeira aprovação do plano de actividades. Embora fizesse o desafio, pois o Presidente podia pedir-lhes cumplicidade, mas também depois a responsabilidade da gestão e da execução não seria deles. Era importante que a cumplicidade, ideias, sugestões críticas, etc. que pediam naquele momento, fossem acompanhadas por uma atenção igualmente positiva, no sentido global da questão. -----

----- Se pediam as sugestões para, eventualmente encontrarem algumas soluções alternativas, ou inovadores, mas noutros casos ser-se absolutamente fundamentalista ou radical na imposição de soluções que pudessem por eles não ser partilhadas. Apelava apenas que se pudesse ser inovador, criativo, julgando que era nos momentos de crise que deveriam estar mais unidos, pois o resultado final, seria o benefício do Concelho de Montemor, mas também que se procurasse a “moeda” onde ela não está. Julgava que poderiam haver soluções que não eram evidentes, mas poderiam existir com a participação e implicação de todos. -----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que, reforçava algumas das coisas referidas pelo Vereador Victor Camarneiro quando se falava em empresas municipais, também ficava com o “pé atrás”. -----

----- Estavam a falar numa empresa municipal de água e saneamento, quando todos os concelhos, todas as Câmaras Municipais vinham ao longo dos anos, a fazer fortes investimentos, quase quando se atingia um patamar satisfatório, nomeadamente das preocupações salvaguardadas para as populações, parecia-lhe que uma empresa municipal iria ter uma cota da Câmara Municipal, e iria gerir, quando a mesma passaria a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

gerir, quando aquela passaria a usufruir dos benefício dos grandes investimentos, feitos ao longo dos anos. -----

----- Retomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, a empresa municipal referida pelo Presidente, era exclusivamente municipal, não sendo possível ter outros sócios. -----

----- Voltou a tomar a palavra o Vereador Emídio Fidalgo, dizendo que, no que dizia respeito ao desporto, ainda não tinha visto nenhuma empresa municipal do desporto. De todas as que existiam no País, tiveram uma grande performance inicialmente, e hoje estavam num vazio, a todos os níveis. -----

----- Em relação à intervenção que o Presidente tinha feito, gostava de alertar para o facto que, todo aquele discurso de contenção, da forma como iriam ser distribuídas as verbas, nomeadamente no mapa das grandes Opções do Plano, havia que ter em atenção, que no futuro não poderiam andar com algumas benesses, em que parecia que estavam a cortar por um lado, e a distribuir por outro, tendo criado uma má imagem. -----

----- Deviam dar a conhecer às populações para que todos percebessem o que é que existia naquele orçamento e a sua essência, para que não tivesse depois a contrapartida, de se poder dizer, que se tinha esbanjado, de uma forma mais evidente, fora de determinados âmbitos. Pensava que era importantíssimo, porque se não fosse assim, teriam um discurso, e depois tinham uma prática diferente, e isso não aceitava. Se fossem todos para o mesmo discurso, e para os mesmos princípios, tudo bem, se faziam um discurso, e apresentavam um plano, e se teriam uma prática, no futuro, diferente, ia ser mais complicado, e mais difícil de compreender. -----

----- Reservava-se para três ou quatro aspectos essenciais, e que estava muito satisfeito de estarem naquele documento, e na próxima reunião iria fazer uma intervenção mais profunda. -----

----- O Vereador Victor Camarneiro tinha referido duas coisas importantíssimas: “a mim ninguém me vai pedir responsabilidades pelas posições que eu vou tomar na aprovação do orçamento, mas a minha consciência está acima de tudo e os princípio que defendo para o meu Concelho e para os munícipes do meu Concelho. E serei sempre uma pessoa suficientemente capaz de esclarecer aquilo que, de facto tiver esclarecimento, e que for esclarecível”. -----

----- Estavam num conjunto de trabalho em que todos “puxavam” para o mesmo lado, e o Concelho era de todos, todos tinham as mesmas responsabilidades no Concelho. Era aquele conceito que defendiam naquela matéria. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

----- Tomou a palavra o Vereador Pedro Machado dizendo que, gostaria de deixar duas ou três notas. Pensava que estavam sintonizados, em relação à discussão, julgando que o Vereador Emídio Fidalgo, de alguma forma tinha sintetizado o que o Presidente da Câmara tinha lançado no debate. -----

----- Em relação às grandes linhas de orientação do Plano, pensava que estavam todos de acordo. O Presidente tinha sintetizado, na sua intervenção inicial, aquilo que eram as grandes preocupações, tendo em conta a actual conjuntura, quer local, quer nacional, e que se prendia com o facto de terem que fazer opções, em relação aos investimentos para dois mil e três, dois mil e quatro e dois mil e cinco. Pensava que, com o POCAL, teriam que introduzir aquela novidade, mesmo para os investimentos que estavam a pensar fazer, de que, quando estavam a planear e a projectar, já terem em linha de conta os anos vindouros. -----

----- Quanto às questões que tinham sido apuradas, nomeadamente a questão das empresas municipais, havia ali uma realidade que poderia ser posta em cima da mesa, exemplo do que se tinha falado, quer do sucesso ou insucesso das mesmas. -----

----- O caso do desporto em Montemor-o-Velho, assumia particular importância, tendo em conta que estavam a falar de uma realidade única no País, como era o caso do Centro Náutico e, essa sim, merecia, e poderia ter uma discussão mais apurada, atendendo ao facto que não corria os mesmos riscos que uma empresa municipal de turismo, ou outra empresa de outra área do desporto, atendendo a que no caso de Rio Maior, existiam estruturas, e os clubes já tinham uma realidade que lhes permitia discutir, se aquela era, ou não a melhor forma de gestão. -----

----- O que importava era que Montemor-o-Velho tinha um equipamento único no País. Quer numa empresa municipal, quer numa sociedade anónima, que também não rejeitava ser uma das soluções futuras, ou uma sociedade por quotas, o investimento que o município tinha feito, permitia ter o à vontade futuro, de o vir a discutir, até porque se tivesse que colocar cinquenta e um por cento, para assegurar a maioria já o tinha feito. -----

----- Pensava que, a figura da empresa municipal, no caso de Montemor-o-Velho, no que tocava à questão do desporto, não lhe parecia ser uma figura de risco, antes pelo contrário. Estavam a lançar bases para uma discussão futura, quer no caso do desporto, que seria aquela que teria funções mais aproximadas da realidade, quer na índole dos resíduos sólidos e do tratamento dos afluentes do Concelho, como estava a acontecer com alguns concelhos vizinhos e com algumas Câmaras Municipais, como era o caso de Cantanhede e outras, que estavam a puxar a si aquela gestão, e com bons resultados. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

----- Em relação à Piscina Municipal, ou por exemplo, como tinha referido o Vereador Victor Camarneiro, porque não quatro piscinas com rentabilidades imediatas maiores, nomeadamente, até em termos das questões políticas? Com a criação da Piscina Municipal, o que estava em jogo era um grande investimento para um concelho, que até àquele momento tinha aquela lacuna por preencher, e apostar forte num equipamento municipal. -----

----- Não acreditava que o caso das piscinas pudesse ser semelhante àquilo que se passava, por exemplo com os polidesportivos. O que acontecia era que, aquela lógica de fazer proliferar polidesportivos em todo o Concelho, Pereira, Santo Varão, Formoselha, Vila Nova da Barca, etc. tinham um conjunto de equipamentos desportivos que estavam à margem de uma taxa de utilização média. Havia taxas de execução nos equipamentos desportivos, que estavam abaixo, do que seria a desejável. -----

----- Pensava que era de equacionar a aposta entre de, por vezes dividirem as atenções num equipamento base, central, que pudesse servir a população, ou dividirem aquele investimento por um conjunto de outros, embora diluídos no espaço, que pudessem servir outro tipo de população, com baixas taxas de utilização. -----

----- Parecia-lhe correcta a visão que, criando um investimento central nuclear e depois podendo, nos casos que tinha sido referenciados, à semelhança do concelho de Soure, virem a criar-se equipamentos similares, que de alguma forma desfizesse a ideia, que existia num concelho o que não existia noutro. -----

----- Pensava que se houvesse a possibilidade de rentabilizar candidaturas para espaços semelhantes, em que se pudesse chegar a nichos de população que não pudessem ser satisfeitos pelo serviço de um equipamento central, não lhe parecia de toda uma estratégia errada, para além, de estarem de acordo, em relação a que as Grandes Opções do Plano pudessem ter subjacente uma filosofia de base, que justificasse o porquê daquelas escolhas. -----

----- Em relação ao discurso que tinham que passar para fora, assumia, e sentia com consciência que, a Cultura poderia ser uma das áreas mais “alvejadas” pelo discurso do Presidente da Câmara, onde se fará sentir mais a contenção e o rigor. -----

----- Estavam de acordo que, em relação àquele documento, o que teria que ser definido, para além das Grandes Opções do Plano, eram as grandes linhas que orientavam, e que as fundamentavam, apesar dos avisos dados, comungavam que aquele era um plano do executivo, provavelmente com responsabilidades diferentes, em relação à sua execução no próximo ano. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

----- Interveio de novo o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, a questão que se colocava era que, o primeiro Plano, tinha sido um Plano improvisado em circunstâncias especiais, em que todos tinham assumido o que se passava. Aquele era o primeiro Plano que aquele executivo iria ter como responsabilidade, onde toda a sua lavra decorria das decisões do executivo. O outro Plano, estava influenciado por um conjunto de compromissos e estava condicionado pelo que vinha de trás. -----

----- A questão que se colocava nas Grandes Opções do Plano, era saber o que é que se privilegiava, em termos de desenvolvimento concelhio. A sua ideia era, de que naquele momento, ainda que se tivessem que pedir sacrifícios, se deveria privilegiar no concelho, o desenvolvimento sócio-económico. A grande prioridade, deveria ser a criação de postos de trabalhos, fixação de pessoas, criação de condições e qualidade de vida e, era ali, que tinham que perceber, quais eram as prioridades e as Grandes Opções do Plano. -----

----- Se lhe disserem que, para viabilizarem os Pólos Industriais era necessário sacrificar um conjunto de iniciativas, ou de carácter cultural, lúdico ou até um ou outro equipamento desportivo, diria para começarem por ali, pois, no futuro, corriam o risco de terem equipamento desportivo e não tinham pessoas para usufruírem dele e para o viabilizar. -----

----- Sabia, assim como todo o executivo, o que era mais fácil, do ponto de vista da popularidade. O que se fizer, que seja bem feito, e que resulte em prol do Concelho, tendo da sua parte todo o apoio necessário. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face àqueles considerandos deliberou por unanimidade, que o documento fosse presente na próxima Reunião de Câmara. -----

----- **6 – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO--** ----- **DE VINTE E CINCO DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DOIS** ----- ----- **– PROPOSTAS DA CÂMARA – PROGRAMA POC** -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento que deveria ser rectificada a deliberação tomada na Reunião de vinte e cinco de Outubro de dois mil e dois, relativamente ao programa POC. -----

----- Assim onde se lê: "...um montante até perfazer o total de setecentos e cinquenta euros/mês...", deve-se ler "... um montante até perfazer o total líquido de setecentos e cinquenta euros/mês...". -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade rectificar a deliberação tomada na Reunião de vinte e cinco de Outubro de dois mil e dois, de acordo com o atrás exposto. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

----- O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- 7 – 1.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE ----- ----- INVESTIMENTOS -----

----- Foi presente a primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (documento anexo à presente acta sob o numero dez). -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que os projectos da extensão de Saúde de Arazede, estavam praticamente concluídos. Assim, deveria ser lançado concurso, por parte da Câmara Municipal, situação que não estava prevista no Plano de Actividades. Estava descrita como Financiamento de Capital, decorrente do protocolo, deverá ser a Autarquia a lançar o mesmo e assumir aquela responsabilidade. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

----- Mais deliberou que a referida revisão fosse remetida à Assembleia Municipal para aprovação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- 8 – CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL DA LOJA N.º 6 ----- ----- – FRACÇÃO F DO NOVO MERCADO MUNICIPAL -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços, dando conhecimento que Adérito da Cruz Oliveira, adquirente da loja numero seis do Novo Mercado Municipal, veio requerer autorização para transmitir a sua posição contratual para João Manuel de Andrade Corrêa. (documento anexo à presente acta sob o numero onze). -----

----- A Câmara tomou conhecimento, e face à petição, deliberou por unanimidade, notificar o munícipe Adérito da Cruz Oliveira, para estar presente nos serviços, a fim de poder ser ouvido. -----

----- Mais deliberou que aquele assunto fosse agendado para a próxima reunião extraordinária, a fim de ser tomada uma deliberação final. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- 9 – ANULAÇÃO DE RECIBOS DE ÁGUA – FREGUESIA DE ----- ----- PEREIRA -----

----- Foi presente um ofício da Junta de Freguesia de Pereira, a comunicar à Câmara Municipal que, por lapso daquela autarquia, foram devolvidas a esta Câmara dois recibos de água, respeitantes aos munícipes Manuel Viegas dos Santos e Manuel Batista Dias,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

referentes aos meses de Julho e Agosto do corrente ano, os quais já se encontravam pagos na Tesouraria daquela junta. -----

----- Assim, solicitava o cancelamento dos segundos avisos, para pagamento dos mesmos, destinados aos referidos munícipes.-----

----- Solicita ainda a referida Junta de Freguesia que lhes sejam enviados os respectivos recibos, a fim de poder enviar a verba em falta a esta Câmara Municipal.-----

----- Acompanhava o referido ofício, uma informação da Tesoureira da Câmara Municipal, a informar que os referidos recibos de água, neste momento já se encontravam convertidos em receita virtual, e por conseguinte, debitados ao tesoureiro.-----

----- Assim sendo, para que os mesmos possam ser devolvidos à Junta de Freguesia, torna-se necessário que a Câmara Municipal delibere no sentido da sua anulação.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação dos serviços, deliberou por unanimidade anular os referidos recibos de água.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----O presente ponto foi introduzido na ordem do dia.-----

----- 10 – 4.ª ALTERAÇÃO AO PLANO E ORÇAMENTO-----

----- Foi presente a quarta proposta de Alteração ao Plano, no valor de dezassete mil euros (documento anexo à presente acta sob o número doze).-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a referida alteração.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

----- 1.2.1 - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----

----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços com a relação das decisões proferidas, no período compreendido entre sete a vinte de Novembro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número treze).-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- 2 – RECLAMAÇÃO SOBRE PAGAMENTO DE ÁGUA -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços, acompanhada de uma carta de Macário Antunes Damas, consumidor de água desta Câmara Municipal com número seis mil quinhentos e cinquenta, a reclamar que não recebeu a factura para pagamento de água respeitante aos meses de Julho/Agosto de 2002 (documento anexo à presente acta sob o número catorze).-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

----- Solicita ainda que a liquidação da mesma seja efectuada sem aplicação de Juros de mora e Custas do Processo Executivo. -----

----- Assim torna-se necessário que a Câmara, delibere no sentido de anular os Juros de Mora e as Custas do Processo Executivo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação dos Serviços, deliberou por unanimidade que o pagamento do consumo de água, do período de vinte e cinco de Julho a dez de Agosto, seja efectuado pelo munícipe, sem a aplicação de juros de mora e de custas do processo executivo. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia.** -----

----- **3 – PEDIDO DE RAMAL DE ÁGUA PARA FINS DOMÉSTICOS** -----

----- **– RESTITUIÇÃO DE IMPORTÂNCIA PECUNIÁRIA** -----

----- Foi presente uma informação dos serviços, a dar conhecimento do despacho do Senhor Vereador Abel Girão, relativamente ao pedido efectuado pela munícipe Mafalda Sofia da Costa Nogueira, para construção de ramal, com vista ao abastecimento de água para fins domésticos, na localidade de Naia – Escoral, Freguesia de Tentúgal. -----

----- Analisada a situação, a Câmara Municipal não pode executar o respectivo ramal, com aproximadamente oitocentos e cinquenta metros, para abastecer uma só casa, pelo que deverá ser restituída a importância já paga pela munícipe aquando da realização do referido contrato. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade restituir a importância paga pela munícipe Mafalda Sofia da Costa Nogueira, aquando da realização do contrato, ficando assim salvaguardado o pedido de colocação de água para uma futura resolução. -

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia.** -----

----- **4 - PARECER SOBRE DATA DE ALTERAÇÃO DA FEIRA** -----

----- **QUINZENAL DE MONTEMOR-O-VELHO** -----

----- Foi presente um ofício da Comissão Instaladora da Associação Empresarial de Montemor-o-Velho (documento à presente acta sob o numero quinze) a informar que, após lhe ter sido solicitado, e tendo previamente contactado os seus associados, deliberou manifestar-se contra a antecipação da feira quinzenal de Natal. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e dado que o regulamento da feira quinzenal prevê que, no caso de coincidência do dia de natal com o dia da feira, a mesma, é antecipada para o dia imediatamente anterior, contudo e dado o pedido da Associação

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

de Feirantes do Centro, deliberou por unanimidade que aquela tenha lugar no próximo dia dezoito de Dezembro.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----2- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----

-----2.1-DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES-----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação a que se refere o artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, no tocante à relação de licença de obras e outras petições, tratadas pelos Serviços, no período compreendido entre oito a vinte de Novembro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número dezasseis).----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2 - REGULAMENTO MUNICIPAL DE ESTABELECIMENTOS DE -- ----- HOSPEDAGEM E ALOJAMENTOS PARTICULARES - APROVAÇÃO

----- Pelo Presidente da Câmara foi dado conhecimento de que, tinha terminado o prazo de discussão pública do Regulamento Municipal de Estabelecimentos de Hospedagem e Alojamentos Particulares (documento anexo à presente acta sob o numero dezassete).-----

----- Assim, propunha a aprovação do Regulamento Municipal de Estabelecimentos de Hospedagem e Alojamentos Particulares, para que fosse presente à reunião da Assembleia Municipal, para posteriormente ser publicado na segunda Série do Diário da República.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara, bem como o envio à Assembleia Municipal.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 3 – PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA ALTERAÇÃO AO -----

----- ALVARÁ DE LOTEAMENTO E OBRAS DE URBANIZAÇÃO -----

----- N.º 01/2000, DE 11/04/2000, REQUERIDO POR FOZNETO,

----- CONSTRUÇÕES, LDA. – PROC. N.º 5/01 -----

----- Foi presente o pedido acima mencionado, acompanhado de um parecer emitido pelos serviços, o qual aponta para a aprovação da referida alteração, com as condicionantes apontadas no mesmo, conforme documento anexo a presente acta sob o numero dezoito. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e com base no parecer dos Serviços, deliberou por unanimidade aprovar a alteração ao alvará de loteamento e obras de urbanização numero um barra dois mil, requerido por Fozneto, Construções, Lda.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

----- 4 – PEDIDO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO E OBRAS DE-----
----- URBANIZAÇÃO PARA UM PRÉDIO SITO EM BOLETA,-----
----- FREGUESIA DE CARAPINHEIRA, REQUERIDO POR BERTA-----
----- LOPES BATISTA VALENTE E OUTROS – PROC. N.º 12/99-----

----- Na sequência da deliberação tomada na reunião de quinze de Março do corrente ano, foi novamente presente o pedido de operação de loteamento e obras de urbanização mencionado em epígrafe, acompanhado de um parecer emitido pelos Serviços, o qual aponta para a aprovação do citado pedido, com as condicionantes apontadas no mesmo, conforme documento anexo à presente acta sob o número dezanove.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e face ao parecer dos Serviços, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável ao pedido de operação de loteamento e obras de urbanização requerido por Berta Lopes Batista Valente e Outros.-----

----- O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- 5 – CASA EM RUINAS EM PEREIRA -----

----- O Vereador do Pelouro deu conhecimento de uma informação dos serviços, relativamente ao assunto em epígrafe, e que consta como documento anexo à presente acta sob o numero vinte. -----

----- Assim, deverá a Câmara Municipal deliberar no sentido de tomar ou não posse administrativa do imóvel, devido ao facto daquele se encontrar em situação de ruína, tendo a Câmara já intervindo anteriormente, notificando os proprietários para a situação em causa.

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que todo aquele assunto devia estar juridicamente apoiado.-----

----- Mais disse que naquele momento havia um conjunto de preocupações exactamente iguais àquela, que teriam que passar a ter procedimentos prévios desde logo, para que a Câmara possa tomar a iniciativa e a terem o procedimento mais ou menos standarizado do que se devia fazer.-----

----- Dava como exemplo um outro caso que se tinha passado em Santo Varão, em que o procedimento tinha ocorrido, as coisas tinha-se concretizado, intervierem, o processo tinha sido diferente.-----

----- Iria por isso iria criar um Gabinete Técnico – jurídico, porque considerava que os políticos não podiam estar fora do seu contexto, a assumir responsabilidades, que eram clara e inequivocamente necessárias que fossem assumidas pela estrutura funcional e orgânica de uma casa como esta.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

----- O circunstancialismo com que, no dia a dia, e ao fim de dez meses, tinha a consciência do que eram as lacunas esta casa, permitia-lhe dizer que, por muito respeito que tivesse por arquitectos, economistas, engenheiros, etc., eles não eram juristas e em determinada altura na Câmara existiam pareceres que eram emitidos por pessoas que não eram juristas, interpretando elas a lei. Também sabia interpretar a lei, não vinculava aquela circunstância, como qualquer pessoa que interpretasse um balanço, também o podia fazer, mas no entanto não era ela que dava a chancela de um revisor oficial de contas ou de um técnico de contas. Considerava que eram uns voluntaristas, mas era um voluntarismo nesta matéria, poderia sair caro. -----

----- Esperava que não fosse este o caso, e esperava também que se fizesse mais rigor, sobretudo com melhores ofertas académicas naquela matéria que lhes pudessem garantir, sobretudo a quem trabalhava nas obras particulares, nas obras públicas, contra-ordenações e na fiscalização, passar a ter um suporte jurídico, que a Câmara nunca teve nem tinha.-----

----- Retomou a palavra o Vereador Abel Girão dizendo que pensava que a Câmara tinha serviços, nomeadamente os serviços da DOSU, que poderiam avaliar o estado em que estava o resto do edifício, naquele momento. Podia não ser obrigatório demolir as paredes, porque poderiam ser sustentadas por uma estrutura de ferro. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação dos serviços, deliberou por unanimidade tomar posse administrativa do Imóvel, para os fins em causa.-----

----- **3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS** -----

-----**3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS** -----

----- **3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA.** -----

----- **1 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS-**

----- **MUNICIPAIS: (FREGUESIA DE CARAPINHEIRA) – ANÁLISE ---**

----- **DAS PROPOSTAS** -----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de oito do corrente mês, foi presente o relatório de análise das propostas apresentadas ao concurso em epígrafe, elaborado pela respectiva Comissão de Análise, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número vinte e um.-----

----- A proposta mais baixa foi apresentada pela firma C.M.P.R. – Construções e Obras Públicas, Lda, com um prazo de execução de sessenta dias seguidos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

----- Um – Manifestar a intenção de adjudicar a empreitada em epígrafe à firma C.M.P.R. – Construções e Obras Públicas, Lda, pelo montante de sessenta e quatro mil duzentos e sessenta e um euros e oitenta e oito cêntimos acrescido de IVA à taxa legal .-----

----- Dois – Fazer audiência escrita nos termos do artigo cento e um do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março.-----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **2 – REABILITAÇÃO DO ANTIGO MERCADO MUNICIPAL** -----

----- **– GALERIA DE EXPOSIÇÕES – SITUAÇÃO DA EMPREITADA** -----

----- Foi presente uma informação da fiscalização da obra em epígrafe, documento anexo à presente acta sob o número vinte e dois, a dar conhecimento que os trabalhos não foram reiniciados, de acordo com o novo Plano de Trabalhos apresentado pelo empreiteiro e aprovado em reunião de câmara de vinte e cinco de Outubro do ano em curso, verificando-se uma situação de abandono da obra. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Rescindir o contrato de empreitada nos termos do número um do artigo duzentos e trinta e cinco do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove de dois de Março, com firma a Coimbralar, Lda., dado que não reiniciou os trabalhos previstos no plano de trabalhos em vigor. --- -----

----- Dois – Notificar o empreiteiro para que no prazo de cinco dias se pronuncie, conforme dispõe o número um do artigo supra citado. -----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **3 – E.R. 335 – LAVARIZ AO LIMITE DO CONCELHO DE** -----

----- **CANTANHEDE – KM 40 + 458 A KM 53 + 113 – SITUAÇÃO**-----

----- **FINAL DA OBRA** -----

----- Foi presente uma informação da fiscalização da obra, onde se informa que, após medição final, verificaram-se quantidades de trabalhos a mais e a menos, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número vinte e três. -----

----- Os trabalhos a mais são provenientes fundamentalmente de pavimentação a mais em diversos sítios, ao longo da obra. -----

----- Os trabalhos a menos resultam de quantidades não executadas em pavimentação de passeios e lancilagem. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Dispensar o estudo ao abrigo do número três do artigo quarenta e cinco do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove de dois de Março.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

----- Dois – Autorizar o pagamento dos trabalhos a mais executados no montante de cento e setenta mil oitocentos e oitenta e três euros e dezassete cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal.-----

----- Três – Tomar conhecimento dos trabalhos a menos no montante de cento e um quinhentos e sessenta mil e vinte e quatro cêntimos.-----

----- Quatro – Que seja celebrado contrato adicional nos moldes do inicial, sem qualquer prazo adicional por não se justificar, para os trabalhos a mais referidos no ponto dois. -----

----- Cinco – Que o Vereador Abel Girão entre em contacto com o empreiteiro no sentido de encontrar uma solução, sobre o hiato de tempo que vai de trinta de Agosto do corrente ano até ao final do corrente mês.-----

----- Seis – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

-----O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia.-----

----- 4 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E ----- ----- CAMINHOS MUNICIPAIS – FREGUESIA DE PEREIRA E SANTO - ----- VARÃO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO -----

----- Foi presente um pedido de prorrogação de prazo, pelo adjudicatário da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação da fiscalização da obra, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número vinte e quatro. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Conceder a título gracioso a prorrogação do prazo de execução da obra em causa, por um período de noventa dias, com início a dezasseis de Outubro do corrente ano e término a treze de Janeiro de dois mil e três.-----

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

-----O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia.-----

----- 5 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS ---- ----- POVOAÇÕES (RUA DA MISERICÓRDIA) – PRORROGAÇÃO DE -- ----- PRAZO -----

----- Foi presente um pedido de prorrogação de prazo, pelo adjudicatário da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação da fiscalização da obra, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número vinte e cinco. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Conceder a título gracioso a prorrogação do prazo de execução da obra em causa, por um período de noventa dias, com início a vinte e dois de Outubro do corrente ano e término a dezanove de Janeiro de dois mil e três. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

----- Dois – Caso a obra não esteja concluída em dezanove de Janeiro de dois mil e três, poderão vir a ser aplicadas multas nos termos da legislação em vigor. -----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3.1.2. – SECTOR DE VIATURAS E EQUIPAMENTO.** -----

----- **3.1.3. – SECTOR DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA.** -----

----- **3.1.4– SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO.** -----

----- **1 - PROLONGAMENTOS E LIGAÇÕES DE REDE DE ESGOTOS:** ---

----- **REDE DE DRENAGEM DA ZONA DESPORTIVA DO MERCADO**-----

----- **GROSSISTA DA CARAPINHEIRA – PLANO DE SEGURANÇA** -----

----- **E DE SAÚDE**-----

----- O presente ponto foi retirado, a fim de ser presente numa próxima reunião. -----

----- **4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL** -----

----- **4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO** -----

----- **1 – FESTA DE NATAL DOS ATL'S DO CONCELHO** -----

----- Pelo Vereador do Pelouro, foi presente uma informação dos serviços relativamente à Festa de Natal dos ATL'S do Concelho, a realizar no dia dezanove de Dezembro de dois mil e dois (documento anexo à presente acta sob o numero vinte e seis).-----

----- Assim propunha que a Câmara comparticipasse um lanche para cerca de quatrocentas crianças, no valor de seiscentos e quarenta e dois euros e sessenta cêntimos bem como o aluguer do espaço para a realização da iniciativa, no valor de cinquenta e nove euros e cinquenta cêntimos. -----

----- Mais informou que, o Grupo de Trabalho dos ATL'S estava a desenvolver a Campanha "Um brinquedo, um sorriso", com o intuito de angariar brinquedos novos para oferecer no Natal às crianças mais carenciadas do Concelho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a despesa de setecentos e dois euros e dez cêntimos, para a realização da Festa de Natal dos ATL'S do Concelho, a realizar no dia dezanove de Dezembro. -----

----- **4.2. DIVISÃO DE DESPORTO**-----

----- **1 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CMMV E** -----

----- **A APPACDM**-----

----- Foi presente o Protocolo de Cooperação entre a Câmara a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a APPACDM (documento anexo à presente acta sob o numero vinte e sete). - -----

----- O Presidente da Câmara informou que, a APPACDM, tinha feito chegar uma informação na qual solicitava algumas alterações ao referido Protocolo (documento anexo à presente acta sob o numero vinte e oito). -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

----- Tinha tido oportunidade, quando falou com a Segurança Social, de tentar abrir a porta, para financiamento daquele projecto. Quem iria receber aquele apoio seria a APPACDM. Sendo assim, a Câmara Municipal comparticiparia com o restante. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, apoiará aquela celebração de Protocolo, embora a Câmara já tivesse financiado grandemente, e noutros momentos a operacionalização da mesma, e chegavam a uma fase na qual parecia que os papéis estavam invertidos. -----

----- Com o que a Câmara acabaria por gastar, para uma infra-estrutura daquele género, poderia ter já, ao longo dos anos, construído uma nova infra-estrutura. Parecia-lhe no entanto, importante que aquela estrutura se operacionalizasse o mais rápido possível. Não sabia qual seria a perspectiva, em termos de prioridade. -----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, a prioridade que seria dado àquele tanque, será sempre às crianças do primeiro ciclo, aos idosos e aos alunos de Desporto da escola secundária. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Protocolo em epígrafe, devendo o mesmo ser sujeito à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE -----

----- 1 – PLANO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO PRIMÁRIA DAS -----

----- TOXICODEPENDÊNCIAS -----

----- Pelo Vereador do Pelouro foi dado conhecimento do Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências (documento anexo à presente acta sob o numero vinte e nove). -----

----- Este plano visava sobretudo fazer uma acção pedagógica, no concelho, junto de públicos previamente seleccionados. -----

----- Assim propunha a aprovação da presente proposta de intenção, para a constituição do Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências, bem como a autorização do financiamento de sete mil oitocentos e sessenta e cinco euros, com o projecto da Associação Dlogo de Azambuja, e o co-financiamento no projecto da Associação Fernão Mendes Pinto, no valo de sete mil quatrocentos e oitenta e dois euros. Estes valores correspondiam a vinte por cento de cada uma das fatias de cada projecto, porque o IPDT financiará, respectivamente, à ADA o valor de vinte e dois mil e quinhentos euros e à Associação Fernão Mendes Pinto, o valor de vinte e três mil trezentos e noventa euros. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

-----Mais solicitou que fosse autorizado o Presidente da Câmara a restabelecer o respectivo protocolo, quer com aquelas duas entidades, quer com o IPDT, aquando da sua assinatura formal e pública.-----

-----Julgava que era imperioso que fosse feito ali, justiça duas entidades que aquele Plano Municipal da Prevenção Primária das Toxicodependências, surgia, de uma parceria, quer com a Associação Diogo de Azambuja, quer com a Associação Fernão Mendes Pinto.-

-----Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, em relação àquele assunto, estava à vontade para poder falar, e considerava que a Câmara Municipal fazia bem em subscrever, dinamizar e coordenar aquele projecto, porque existia algum estigma de que, quando se desenvolvia um projecto daqueles, se estava num território problemático.-----

-----A verdade era que, no concelho de Montemor, tinham conseguido, ao longo dos anos, através de acções conjugadas, da Câmara Municipal, das Instituições e dos organismos públicos, evitar e estancar, em certa medida, os problemas decorrentes da toxicodependência.-----

-----Considerava que tinha sido conseguido porque existia um trabalho de base feito, com as associações, ao nível da prevenção, às vezes sem consciência disso, fosse através do desporto, das escolas de música, os grupos de teatro, todas as dinâmicas que existiam, acabavam por estancar aquele problema no concelho. Contudo, não poderiam “meter a cabeça na areia” e imaginar que aquele problema não existia de todo. O que era facto é que existiam alguns focos, e aquela implicação e opção, por trabalhar para já com as escolas, com os pais e os professores, era uma opção acertada.-----

-----Assim, iriam colocar Montemor na linha da frente do problema, na perspectiva da prevenção, porque felizmente, não teriam que entrar já e esperava que nunca tenham que entrar, ao nível da prevenção secundária e muito menos da terciária.-----

-----Este projecto poderia parecer incipiente, mas mais importante do que as verbas que estavam implicadas, iriam prosseguir uma dinâmica, em que o problema, efectivamente era assumido, em termos de prevenção, em que toda a gente se ia implicar.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a presente proposta de intenção, para a constituição do Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências, bem como a autorização do financiamento de sete mil oitocentos e sessenta e cinco euros, com o projecto da Associação Diogo de Azambuja, e o co-financiamento no projecto da Associação Fernão Mendes Pinto, no valor de sete mil quatrocentos e oitenta e dois euros. Estes valores correspondiam a vinte por cento de cada uma das fatias de cada projecto, porque o IPDT financiará, respectivamente, à ADA o valor

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

de vinte e dois mil e quinhentos euros e à Associação Fernão Mendes Pinto, o valor de vinte e três mil trezentos e noventa euros.-----

----- Mais deliberou autorizar o Presidente da Câmara a estabelecer o respectivo protocolo, quer com aquelas duas entidades, quer com o IPDT, aquando da sua assinatura formal e pública. -----

----- **2 – APROVAÇÃO DAS CANDIDATURAS AO PROGRAMA DE ----- SOLIDARIEDADE E APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO -**

----- O Vereador do Pelouro deu conhecimento de que no âmbito do Programa - Solarh e no sentido de completar o processo de candidatura ao referido programa, e afim de dar cumprimento ao disposto no ponto numero dois, do artigo seis, do Decreto-Lei numero trinta e nove barra dois mil e um, de nove de Fevereiro, propunha que as candidaturas dos munícipes António da Silva Alheio, residente em Fonterma e António José Batista Bispo Júnior, residente em Verride, fossem submetidas à apreciação e aprovação em reunião de Câmara. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que se falava em terminologias, mas as pessoas não sabiam do que estavam a falar. Este programa era um programa de apoio à habitação dos pobres, era muito limitado e era o INH que tutelava aquele processo. Cabia à Câmara fazer apenas o acompanhamento técnico.-----

----- Mais disse que, na AD ELO estava a ser feito um estudo, pela Escola Profissional da Mealhada, e que se tratava de um projecto-tipo de habitação barata. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Vereador do Pelouro. -----

----- **INTERVENÇÃO AO PÚBLICO** -----

----- Foi aberto o período de intervenção ao público, nos termos do número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

----- Esteve presente o munícipe Paulo Miguel Gonçalves de Mercedes, solicitando esclarecimentos e dando algumas informações sobre a Rádio Beira Litoral. -----

----- O Presidente da Câmara prestou os devidos esclarecimentos. -----

----- Esteve também presente o munícipe Álvaro Lobo, residente no lugar do Viso, freguesia de Liceia a solicitar que fosse feita uma limpeza às valetas naquele local. -----

----- O Presidente da Câmara prestou os devidos esclarecimentos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

-----ENCERRAMENTO-----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas vinte horas e quinze minutos, foi pelo Presidente da Câmara, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento de Administração Geral, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL,

Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr.^a.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 22